



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FABRICIO DA SILVA E SILVA

**PERMANECER OU DESISTIR? Uma Análise Sociológica da Assistência  
Estudantil na UEMA Campus Caxias**

Caxias - MA  
2025



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

FABRICIO DA SILVA E SILVA

## **PERMANECER OU DESISTIR? Uma Análise Sociológica da Assistência Estudantil na UEMA Campus Caxias**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão / Centro de Estudos Superiores de Caxias, como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Esp. Rodrigo Almeida

Caxias - MA  
2025



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

S586p Silva, Fabricio da Silva

Permanecer ou desistir? Uma análise sociológica da assistência estudantil na UEMA Campus Caxias / Fabricio da Silva e Silva. \_\_Caxias: Campus Caxias, 2025.

78f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Esp. Rodrigo Almeida.

1. Assistência estudantil. 2. Permanência acadêmica. 3. Desigualdade social. 4. Políticas públicas. Título.

CDU 378.014.3

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

FABRICIO DA SILVA E SILVA

**PERMANECER OU DESISTIR? Uma Análise Sociológica da Assistência Estudantil na  
UEMA Campus Caxias**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão / Centro de Estudos Superiores de Caxias, como exigência para a obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Aprovado em: 21/01/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **RODRIGO ALMEIDA**  
Data: 03/02/2025 09:30:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Esp. Rodrigo Almeida – Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **PABLO ANDREY DA SILVA SANTANA**  
Data: 03/02/2025 14:44:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Me. Pablo Andrey da Silva Santana

Documento assinado digitalmente  
 **BENIGNA MARIA DE ASSUNCAO COUTO**  
Data: 03/02/2025 16:08:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup>. Ma. Benigna Maria de Assunção Couto



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que já sentiram na pele a falta de oportunidade, mas seguiram em frente porque acreditaram que sonhar ainda é possível. A quem nunca deixou a ausência de caminhos ser maior do que a vontade de seguir. Esse trabalho é para as vozes que foram silenciadas, para as famílias que lutam todos os dias para garantir um futuro, para quem vê na educação não só um direito, mas uma porta aberta para mudar vidas. Que a ciência seja viva, acessível e humana. E que os ideais que movem a gente nunca deixem de brilhar, porque mudar o mundo começa na vontade de enxergar além.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Rodrigo Almeida, pela paciência, pelas orientações e pelas dicas valiosas durante esse processo. Agradeço também a todos os meus colegas de turma, que compartilharam experiências ao longo desses quatro anos.

Aos professores da Universidade Estadual do Maranhão, agradeço pelos conhecimentos transmitidos em cada disciplina, que foram essenciais para a minha formação. Sou grato à Universidade por me proporcionar a oportunidade de estudar Ciências Sociais e adquirir experiências significativas.

Agradeço também a todos os profissionais do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço à minha família, pelo apoio e incentivo em todas as etapas dessa jornada.



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

— *Você tem um ditado favorito? — perguntou o menino.*

— *Tenho sim — respondeu a toupeira.*

— *Qual é?*

— *Se não conseguir de primeira, coma um pedaço de bolo.*

— *Entendi. E funciona?*

— *Sempre.*

*Charlie Mackesy*

*(O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo).*



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

## RESUMO

Este estudo analisa as políticas de assistência estudantil na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus Caxias, com foco na permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com base no referencial teórico de Pierre Bourdieu, são utilizados os conceitos de habitus e capital cultural, social e econômico para compreender as dinâmicas e desafios da assistência estudantil e como as políticas públicas podem atenuar desigualdades e promover a equidade educacional. A pesquisa adota uma abordagem mista: qualitativa, com entrevistas que revelam as percepções dos acadêmicos, e quantitativa, a partir da análise de editais e dados institucionais. Os resultados indicam que, embora os auxílios moradia, permanência e alimentação desempenhem papel fundamental na permanência acadêmica, sua implementação ainda enfrenta limitações, especialmente quanto à amplitude de acesso. Os principais desafios identificados incluem a burocracia excessiva, a insuficiência de vagas e falhas na administração institucional. Conclui-se que, embora a assistência estudantil seja uma ferramenta essencial para combater as desigualdades sociais, seu alcance ainda é limitado pela ausência de uma abordagem mais abrangente, que leve em consideração os múltiplos fatores sociais e estruturais que impactam a permanência dos estudantes. Para que as políticas de assistência estudantil cumpram seu papel na promoção da equidade, torna-se necessário repensar sua estrutura e funcionamento, garantindo que atendam de forma mais efetiva às diversas realidades socioeconômicas dos estudantes que delas dependem.

**Palavras-chave:** assistência estudantil; permanência acadêmica; desigualdades sociais; capital social; políticas públicas.



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

## ABSTRACT

This study analyzes student assistance policies at the State University of Maranhão (UEMA), Caxias campus, focusing on the retention of students in situations of socioeconomic vulnerability. Based on Pierre Bourdieu's theoretical framework, the concepts of habitus and cultural, social, and economic capital are used to understand the dynamics and challenges of student assistance and how public policies can mitigate inequalities and promote educational equity. The research adopts a mixed approach: qualitative, with interviews that reveal students' perceptions, and quantitative, through the analysis of official notices and institutional data. The results indicate that, although housing, financial aid, and meal assistance play a fundamental role in academic retention, their implementation still faces limitations, particularly in terms of accessibility. The main challenges identified include excessive bureaucracy, insufficient vacancies, and failures in institutional management. It is concluded that, although student assistance is an essential tool for addressing social inequalities, its reach is still limited by the lack of a broader approach that considers the multiple social and structural factors affecting student retention. For student assistance policies to fulfill their role in promoting equity, it is necessary to rethink their structure and operation to ensure they more effectively address the diverse socioeconomic realities of the students who depend on them.

**Keywords:** student assistance; academic retention; social inequalities; social capital; public policies.



## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                          |           |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                  | <b>14</b> |
| 1.1      | METODOLOGIA .....                                                                                                        | 16        |
| <b>2</b> | <b>A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UEMA: CONTEXTUALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS .....</b> | <b>19</b> |
| 2.1      | ANÁLISE DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PRODUÇÃO E DESAFIOS NAS BASES DE DADOS ACADÊMICAS .....   | 28        |
| <b>3</b> | <b>NORMATIVAS E EDITAIS NA ESTRUTURAÇÃO DA PERMANÊNCIA ACADÊMICA NA UEMA.....</b>                                        | <b>36</b> |
| 3.1      | ANÁLISE DO EDITAL: AUXÍLIO BOLSA DE TRABALHO (BT) E PERMANÊNCIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....                           | 42        |
| 3.2      | ANÁLISE DO EDITAL: AUXÍLIO MORADIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS DE CAXIAS.....                                    | 53        |
| 3.3      | ANÁLISE DO EDITAL: AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS DE CAXIAS .....                               | 59        |
| <b>4</b> | <b>EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS CAXIAS.....</b>                                    | <b>65</b> |
| 4.1      | DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DAS BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA ACADÊMICA NO CAMPUS CAXIAS .....            | 67        |
| 4.2      | DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA .....     | 70        |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                        | <b>73</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                 | <b>76</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil tem avançado, tornando-se mais inclusiva para estudantes de diversas origens sociais<sup>1</sup>. Contudo, a permanência desses alunos nas universidades públicas, especialmente nas instituições federais e estaduais, ainda enfrenta grandes desafios. Este trabalho se propõe a analisar as políticas de assistência estudantil na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no Campus Caxias, e como essas políticas contribuem para a continuidade dos estudos dos alunos, levando em consideração suas realidades socioeconômicas e os obstáculos enfrentados ao longo da trajetória acadêmica.

O que se observa, conforme Silveira (2012, p. 11), é que, ao longo do tempo, as Constituições têm atribuído maior importância à educação, com a criação de leis que vinculam a assistência estudantil à promoção da igualdade de oportunidades para todos. Além disso, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) (2011, p. 25) aponta que uma das principais dificuldades das instituições de ensino superior, especialmente nas classes de menor renda, é garantir a permanência dos alunos. Isso é evidenciado pela necessidade de políticas de assistência que permitam a permanência dos estudantes de baixa renda nas universidades.

Essas reflexões ajudam a entender a importância das políticas de assistência estudantil e como a falta desse apoio pode levar à evasão acadêmica. O que vemos é que, para que a educação seja realmente acessível a todos, não basta apenas garantir que os alunos entrem nas universidades; é essencial garantir que eles consigam permanecer e concluir seus estudos, sem que as dificuldades financeiras se tornem um obstáculo. Esse é o ponto central da discussão sobre as políticas públicas de assistência estudantil e seu papel na inclusão no ensino superior.

A discussão relevante sobre as políticas de assistência estudantil é um tema que desperta curiosidade, especialmente quando pensamos na realidade de muitos alunos que enfrentam dificuldades para se manter na universidade. Analisar essas políticas no Campus Caxias da UEMA nos permite refletir sobre como elas realmente funcionam e quais impactos voltados

---

<sup>1</sup> Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o ingresso na educação superior federal tem avançado nos últimos anos, especialmente com a implementação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que reserva vagas para estudantes de escolas públicas, com critérios adicionais de renda, raça e etnia. Além disso, programas como o FIES (Lei nº 10.260/2001), que oferece financiamento estudantil a estudantes de baixa renda, e o Prouni (Lei nº 11.096/2005), que concede bolsas integrais e parciais em instituições privadas, ampliaram significativamente o acesso ao ensino superior. Essas políticas contribuíram para diversificar o perfil socioeconômico e racial dos ingressantes no ensino superior brasileiro, promovendo maior inclusão educacional.

para esse tema, algo que deixa uma lacuna importante na produção acadêmica sobre políticas públicas de assistência estudantil, especialmente dentro da própria UEMA. Essa ausência de pesquisas não só reforça a necessidade de olhar com mais cuidado para essas políticas, mas também nos convida a pensar sobre nossa própria realidade, tanto como estudantes quanto como pesquisadores. Ao investigarmos essas questões, buscamos compreender melhor os desafios enfrentados e o que isso revela sobre nossa sociedade e sobre o papel da universidade no apoio aos alunos que dependem dessa assistência para seguir em frente.

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas de assistência estudantil da UEMA, Campus Caxias, com foco na sua contribuição para a permanência dos estudantes na universidade. Além disso, será investigada a trajetória dos estudantes beneficiados, observando suas condições socioeconômicas e os impactos da assistência estudantil em suas jornadas acadêmicas. De acordo com Bourdieu (1989), a distribuição desigual de recursos – como o capital cultural, social e econômico, nos campos educacionais pode reproduzir as hierarquias sociais, dificultando o acesso e a permanência de estudantes provenientes de classes populares. Os estudantes, por sua vez, são atravessados por essas relações de poder, o que torna a assistência estudantil uma ferramenta crucial não apenas para o acesso, mas para a garantia da permanência desses alunos no ambiente universitário. A análise dessas políticas deve considerar as diversas esferas de dominação, desde as normativas institucionais até as interações cotidianas dentro da universidade.

A principal questão de pesquisa que orienta este estudo é: como as políticas de assistência estudantil na UEMA, Campus Caxias, contribuem para a permanência dos alunos, considerando suas condições socioeconômicas e os desafios enfrentados para acessar esses benefícios?

O referencial teórico deste trabalho é fundamentado em contribuições de autores que abordam temas como desigualdades sociais, políticas públicas e assistência estudantil. Pierre Bourdieu (1989) é um dos principais teóricos utilizados, com destaque para os conceitos de *habitus*, capital econômico, cultural e social. Esses conceitos são cruciais para compreender como as condições de origem dos estudantes impactam sua trajetória acadêmica, reforçando a reprodução das desigualdades sociais no campo educacional (Bourdieu, 2007; 1966). Além disso, a perspectiva de Hofling<sup>2</sup> (2001) contribui para a análise das políticas públicas,

---

<sup>2</sup> Eloisa de Mattos Höfling é graduada em Ciências Sociais pela UNESP (1971), mestre (1981) e doutora (1993) em Educação pela UNICAMP, onde atua como Professora Aposentada, com experiência em Política Educacional.

destacando seu papel na promoção de direitos sociais e na redução de desigualdades, conforme apresentado em seu artigo Estado e Política (Públicas) sociais (Hofling, 2001).

No contexto específico da assistência estudantil, autores como Carolina Poswar de Araújo Camenietzki<sup>3</sup> (2019) e Brenda Vanessa Pereira Soares (2021) discutem os desafios enfrentados pelas universidades brasileiras para atender estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Este trabalho se baseia nos documentos oficiais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), especialmente nos editais que regulam a assistência estudantil e garantem auxílios para os estudantes. Entre os principais programas estão o Auxílio Alimentação (Resolução nº 228/2017-CAD/UEMA), o Auxílio Moradia (Resolução nº 230/2017-CAD/UEMA, atualizada pela 407/2023-CAD/UEMA), a Bolsa Permanência (Resolução nº 179/2015-CAD/UEMA, substituída pela 408/2023-CAD/UEMA) e o Auxílio Creche (Resolução nº 229/2017-CAD/UEMA, atualizada pela 410/2023-CAD/UEMA). Essas resoluções definem quem pode receber o benefício e quais são as regras para participação. Com base nesses dados, este trabalho busca entender como esses auxílios funcionam na prática, de que forma ajudam os estudantes a permanecer na universidade e quais dificuldades ainda existem para que esse apoio chegue a quem realmente precisa.

## 1.1 Metodologia

Esta pesquisa visa entender a assistência estudantil e sua influência na permanência dos estudantes no ensino superior, com foco na UEMA, campus Caxias. Adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A parte quantitativa analisa dados de editais e relatórios institucionais, como tabelas e números sobre os auxílios e a quantidade de estudantes beneficiados. Esse método permite estabelecer relações entre variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 2002, p. 42).

A pesquisa se baseia na análise de documentos oficiais da UEMA entre 2015 e 2024, com foco nas resoluções e editais que regulam a assistência estudantil. Esses documentos, emitidos por órgãos como o CAD/UEMA, CONSUN/UEMA e PROEXAE/UEMA, definem regras e critérios para a distribuição dos auxílios. Foram analisadas 6 resoluções e 22 editais relacionados aos auxílios alimentação, moradia e permanência, essenciais para estudantes de

---

<sup>3</sup> Carolina Poswar de Araújo Camenietzki - Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia UFU - Campus Patos de Minas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

outras cidades ou com dificuldades financeiras, ajudando a superar barreiras sociais e econômicas e a garantir sua permanência na universidade.

A pesquisa qualitativa foi baseada em entrevistas com estudantes beneficiários, visando entender suas percepções, dificuldades e experiências com a assistência estudantil. Como afirma Gil (2002), essa abordagem ajuda a esclarecer o problema e gerar hipóteses, permitindo uma análise mais profunda das questões sociais e complementando os dados quantitativos para uma visão mais ampla do tema.

Observa-se que, apesar de os editais serem publicados anualmente, eles mantêm em grande parte as mesmas diretrizes, com alterações apenas quando as resoluções são atualizadas. Por exemplo, o Auxílio Alimentação, regido pela Resolução nº 228/2017, foi ajustado pela Resolução nº 383/2022. O Auxílio Moradia também passou por mudanças, de acordo com a Resolução nº 230/2017 e depois com a nº 407/2023, principalmente no valor. A Bolsa Permanência, inicialmente baseada na Resolução nº 179/2015, teve alterações com a Resolução nº 408/2023, que atualizou os critérios de elegibilidade.

A pesquisa buscou embasamento teórico em fontes acadêmicas, acessadas em plataformas como a BDTD, repositórios institucionais e o Portal de Periódicos da CAPES, com foco em estudos de 2015 a 2024 e palavras-chave como "assistência estudantil" e "Maranhão". Devido à falta de estudos específicos sobre as universidades públicas do estado, a maioria das informações veio da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que tem mais dados disponíveis sobre o tema.

A pesquisa também analisou os editais da UEMA sobre auxílios como alimentação, moradia, creche e permanência. A Bolsa Trabalho, criada em 2015, foi substituída pelo auxílio permanência em 2017, e ambos têm sido essenciais para a permanência dos alunos de baixa renda. A análise documental revelou padrões na distribuição dos auxílios, incluindo mudanças no número de beneficiários e no valor dos recursos, conforme Gil (2008), que destaca a importância da análise quantitativa de documentos para identificar padrões e avaliar a alocação de recursos.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis estudantes beneficiários, permitindo uma abordagem flexível para que compartilhassem suas experiências e percepções sobre os auxílios, como alimentação e permanência, e como essas políticas impactam seu cotidiano no campus Caxias.

A metodologia mista da pesquisa combina abordagens quantitativa e qualitativa para analisar a assistência estudantil na UEMA, campus Caxias, e sua influência na permanência dos

estudantes no ensino superior. A análise quantitativa foca em dados estatísticos, como o número de estudantes beneficiados e a distribuição dos auxílios. Já a análise qualitativa é baseada em entrevistas com beneficiários, capturando suas experiências e percepções sobre os impactos das políticas. Embora muitas respostas sobre os auxílios alimentação e permanência sejam semelhantes, as entrevistas revelaram desafios como o acesso à informação, a burocracia e atrasos nos pagamentos.

Segundo Gil (2008), a combinação de dados numéricos e relatos pessoais oferece uma compreensão mais rica do tema. A pesquisa não só descreve a assistência estudantil, mas também examina como ela afeta a vida dos estudantes, considerando as condições sociais que influenciam o acesso ao ensino superior. A análise será aprofundada com base nas contribuições de autores como Pierre Bourdieu (1989) e Eloisa Höfling (2001), que ajudam a entender que o sucesso das políticas públicas depende não apenas de sua existência, mas das condições sociais dos alunos.

E por fim, este trabalho está dividido em três partes. No Capítulo 1, vamos falar sobre as principais ideias e teorias que ajudam a entender o tema da pesquisa. No Capítulo 2, vamos explicar como as políticas de assistência estudantil funcionam na UEMA, Campus Caxias, usando documentos e normas oficiais. No Capítulo 3, vamos analisar a experiência dos estudantes que recebem esse apoio, contando um pouco sobre os desafios que enfrentam. O objetivo é refletir sobre como essas políticas ajudam na permanência dos estudantes na universidade e como impactam na sua vida acadêmica e social.

## **2 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UEMA: CONTEXTUALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS**

A permanência dos estudantes na universidade é um complexo que envolve uma rede de fatores sociais, econômicos e culturais, que devem ser analisados com profundidade para entender como eles impactam a experiência acadêmica. Esses fatores vão além do desempenho acadêmico e incluem condições como a precariedade financeira, o acesso limitado a recursos educacionais e as diferenças culturais que influenciam a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário. Nesse contexto, é crucial questionar: como as políticas de assistência estudantil têm respondido a essas diferentes demandas e até que ponto conseguem mitigar esses desafios? Essa pergunta pode revelar a real eficácia das políticas de permanência adotadas pela universidade.

Nesta pesquisa, com foco no Campus Caxias da UEMA, utiliza-se a teoria de Bourdieu para pensar o problema de pesquisa, oferecendo uma base sólida para a análise, especialmente com seus conceitos de *habitus*, *campo* e *capital*. A partir dessa perspectiva, o campo universitário em Caxias é entendido como um espaço marcado por disputas simbólicas e materiais, onde as condições específicas do campus impactam as possibilidades de permanência dos estudantes. O conceito de *habitus*, em particular, é essencial neste contexto. Bourdieu o define como um "sistema de disposições duráveis, adquiridas através da socialização e da experiência, que guia as práticas e percepções dos indivíduos" (Bourdieu, 2006, p. 186). Em termos mais simples, *habitus* refere-se ao conjunto de hábitos, atitudes e expectativas que as pessoas desenvolvem ao longo da vida, moldando como enxergam o mundo e como agem em diferentes situações. No Campus Caxias, o *habitus* exerce uma influência significativa na forma como os estudantes enfrentam os desafios acadêmicos e sociais. Conforme argumenta Bourdieu (1989), o *habitus* é formado por experiências e aprendizagens acumuladas ao longo da vida, que moldam as práticas e percepções dos indivíduos. Essa ideia permite compreender como as diferenças de origem social influenciam as trajetórias universitárias. Estudantes de classe média, por exemplo, costumam estar mais familiarizados com o ambiente acadêmico e assim, encontram maior facilidade para se adaptar às demandas da universidade. Em contrapartida, estudantes oriundos de classes populares enfrentam desafios maiores, já que suas experiências anteriores muitas vezes não correspondem às expectativas do meio universitário. Nesse contexto, os programas de assistência estudantil desempenham um papel essencial ao tentar reduzir essas desigualdades e oferecer condições mais justas para a permanência de todos.

Por outro lado, estudantes de baixa renda, cujas experiências anteriores não incluíram o contato próximo com recursos educacionais formais, como bibliotecas ou laboratórios, enfrentam desafios significativos. Como observa Bourdieu, "a ação das obras sobre as obras [...] só se exerce por intermédio de autores cujas estratégias devem à posição relativa que têm na estrutura do campo intelectual" (Bourdieu, 1989, p. 72). Nesse sentido, os agentes no campo acadêmico enfrentam disputas simbólicas, nas quais o capital cultural acumulado desempenha um papel decisivo. Estudantes de baixa renda frequentemente se deparam com o ambiente universitário como um campo desconhecido, no qual as disposições adquiridas em suas trajetórias de vida nem sempre os preparam para competir de forma igualitária.

Na universidade, as regras vão além dos editais e das salas de aula, elas também estão nos códigos invisíveis que determinam quem se adapta com facilidade e quem precisa lutar para ocupar seu espaço. É nesse contexto que entra o conceito de poder simbólico, central na teoria de Pierre Bourdieu. Para ele, dominar a linguagem acadêmica e saber navegar pelas normas institucionais não é apenas uma questão de competência, mas sim um mecanismo que define quem tem mais chances de avançar. Como o próprio autor afirma: "as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo" (BOURDIEU, 1989, p. 72).

Embora a assistência estudantil surja como uma intervenção crucial para ajudar a superar as barreiras que os estudantes enfrentam devido às suas origens socioeconômicas e culturais, é importante questionar até que ponto essa assistência realmente resolve essas desigualdades. A assistência estudantil, oferecida pela universidade ou pelo Estado, tem o objetivo de minimizar as desigualdades, fornecendo apoio em áreas como alimentação, moradia e outros recursos essenciais, especialmente para aqueles que vêm de outras cidades e cujas famílias não têm condições financeiras para cobrir todos os custos associados à vida universitária.

No entanto, será que essa assistência é realmente suficiente para cobrir todas as necessidades básicas dos estudantes? Embora seja compreendido que a assistência estudantil é uma ajuda para cobrir necessidades básicas, ela muitas vezes não supre a totalidade dos custos, forçando os estudantes a buscar empregos paralelos, o que pode prejudicar seu rendimento acadêmico. Além disso, será que essa assistência atinge todos os estudantes que dela precisam? Embora existam políticas voltadas para a inclusão, é possível observar falhas de distribuição e limitações orçamentárias que acabam excluindo parte dos alunos em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a assistência estudantil, embora essencial, nem sempre consegue abarcar a totalidade das necessidades econômicas e sociais dos estudantes, deixando

muitos à margem do suporte necessário para uma experiência acadêmica plena. A assistência precisa ser projetada para responder às diversas formas de capital que os estudantes possuem, mas nem sempre isso acontece de forma eficaz.

O conceito de campo é essencial para entender como os estudantes interagem dentro do ambiente universitário e como suas trajetórias são moldadas. Bourdieu descreve o campo universitário como um "espaço social estruturado onde agentes competem por diferentes formas de capital" (Bourdieu, 1989, p. 59). Em termos simples, o campo universitário é um ambiente em que diferentes participantes – como estudantes, professores e instituições – disputam recursos e oportunidades. Esses recursos são variados e incluem não apenas dinheiro, mas também conhecimentos e conexões sociais.

Dentro desse campo, a distribuição de capital cultural, econômico e social desempenha um papel crucial. O capital cultural é uma forma de recurso que pode ser adquirida e valorizada de três maneiras diferentes. Primeiro, temos o capital cultural incorporado, que se refere às habilidades e conhecimentos que os indivíduos desenvolvem ao longo do tempo e que moldam suas práticas e percepções (Bourdieu, 1999, p. 74). Por exemplo, uma pessoa que cresceu em um ambiente familiar que valoriza a educação pode ter mais facilidade para lidar com os desafios acadêmicos porque já possui um certo repertório de conhecimento e habilidades.

O segundo tipo é o capital cultural objetivado, que inclui bens culturais materiais, como livros e obras de arte (Bourdieu, 1999, p. 77). Esses bens são importantes porque podem fornecer recursos e referências que enriquecem o processo de aprendizagem. Finalmente, o capital cultural institucionalizado refere-se a diplomas e certificações que reconhecem formalmente o conhecimento adquirido (Bourdieu, 1999, p. 78). Esses certificados são essenciais para acessar oportunidades profissionais e acadêmicas.

Estudantes provenientes de contextos desfavorecidos frequentemente enfrentam desvantagens na competição por recursos acadêmicos e oportunidades devido à falta de capital cultural. Por exemplo, um estudante que não teve acesso a uma educação de qualidade desde cedo pode encontrar dificuldades adicionais na universidade, onde a competição é acirrada e o acesso aos recursos é desigual. Nesse sentido, a assistência estudantil se torna um elemento crucial para nivelar o campo. Ela ajuda a compensar essas desigualdades ao fornecer suporte financeiro e recursos que permitem aos estudantes focar mais em suas atividades acadêmicas e menos nas preocupações diárias com sobrevivência e estabilidade.

Quando um estudante recebe assistência estudantil, ele pode experimentar uma maior estabilidade no ambiente acadêmico. Esse suporte facilita o acesso a oportunidades como

participação em pesquisas, envolvimento em atividades extracurriculares e desenvolvimento de seu conhecimento dentro da universidade. Sem essa assistência, o estudante pode se ver forçado a tomar decisões difíceis, como buscar um trabalho em tempo parcial ou deixar de participar de atividades importantes devido à necessidade de garantir sua subsistência. Isso pode resultar em uma experiência universitária muito diferente, onde o foco é mais voltado para a sobrevivência do que para o aprendizado e crescimento acadêmico.

Sendo assim, a assistência estudantil não só ajuda a cobrir necessidades básicas como alimentação e moradia, mas também contribui para uma experiência universitária mais rica e completa. Ao proporcionar um ambiente mais equitativo, a assistência estudantil permite que todos os estudantes, independentemente de suas origens socioeconômicas, tenham uma chance justa de alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais. Isso é essencial para garantir que o campo universitário não favoreça apenas aqueles que já possuem um maior capital cultural e econômico, mas que seja um espaço onde todos possam competir em condições mais igualitárias.

A assistência estudantil representa um instrumento crucial para a permanência e sucesso acadêmico dos estudantes que enfrentam adversidades econômicas e sociais. Como discutido por Hofling (2001), o suporte financeiro, incluindo bolsas de estudo e auxílios para moradia e alimentação, desempenha um papel fundamental em permitir que esses estudantes se concentrem em seus estudos sem a constante preocupação com a sobrevivência (Hofling, 2001, p. 30). Em um campo universitário estruturado por uma competição desigual por recursos e oportunidades, como descrito por Bourdieu (1989), a assistência estudantil torna-se um meio de atenuar as desvantagens impostas por origens socioeconômicas variadas. Nesse sentido, a assistência estudantil não é apenas uma forma de apoio, mas uma intervenção estratégica que busca corrigir desequilíbrios e promover uma maior equidade no acesso e na permanência acadêmica.

No entanto, é crucial entender que a assistência estudantil vai além de um simples ato de generosidade. Ela deve ser compreendida como um direito fundamental para garantir a igualdade de oportunidades dentro do ambiente universitário. Conforme Bourdieu (2007) sugere, o campo universitário é marcado por uma estrutura competitiva onde o capital cultural, econômico e social influencia diretamente as chances de sucesso dos estudantes. Assim, a assistência estudantil se torna um meio para democratizar o acesso e reduzir as barreiras impostas por uma distribuição desigual desses capitais (Bourdieu, 2007). As políticas públicas

e institucionais que promovem a inclusão e o apoio aos estudantes desempenham um papel vital na mitigação das desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional.

A eficácia da assistência estudantil reside em sua capacidade de nivelar o campo universitário, proporcionando aos estudantes condições mais equitativas para enfrentar os desafios acadêmicos e sociais. Ao garantir recursos básicos e suporte adequado, essas políticas não apenas ajudam a reduzir a ansiedade e o estresse associados à sobrevivência, mas também permitem que os estudantes aproveitem plenamente as oportunidades educacionais disponíveis. Esse apoio é essencial para que os alunos possam se concentrar em seu desenvolvimento acadêmico e profissional, sem as constantes preocupações com questões de sobrevivência. Ela não apenas proporciona alívio imediato para os estudantes em situação de vulnerabilidade, mas também contribui para a construção de um ambiente acadêmico mais equilibrado e acessível. Ao reconhecer a assistência estudantil como um direito e integrá-la de maneira eficaz nas políticas universitárias e públicas, é possível promover uma educação de qualidade para todos, independentemente das condições socioeconômicas dos alunos.

Ao analisar o trabalho de Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2017) sobre políticas públicas, podemos entender melhor como essas iniciativas são pensadas e colocadas em prática. Para os autores, as políticas públicas são ações do governo voltadas para resolver problemas específicos da sociedade, e desempenham um papel fundamental na promoção de justiça social e equidade (Dias; Matos, 2017, p. 1). Nesse cenário, a assistência estudantil se encaixa como uma ferramenta importante, oferecendo apoio financeiro e estrutural para os estudantes que enfrentam desafios econômicos e sociais.

O conceito de políticas públicas, segundo Dias e Matos (2017), envolve a criação de medidas que buscam resolver problemas sociais concretos. Quando aplicamos esse conceito à assistência estudantil, fica claro que essas políticas não só atendem às necessidades imediatas dos alunos, mas também trabalham para igualar as oportunidades educacionais. Ao fazer isso, elas tentam minimizar as barreiras financeiras e sociais que poderiam prejudicar a permanência dos estudantes na universidade (Dias; Matos, 2017). Assim, a assistência estudantil não é apenas um auxílio temporário, mas parte de um esforço maior para promover a inclusão e a justiça no ensino superior.

Hofling (2001) também reforça essa ideia ao afirmar que as políticas públicas são uma forma do "Estado entrar em ação", refletindo a sua responsabilidade de garantir que todos os setores da sociedade, incluindo os estudantes, tenham o suporte necessário para alcançar seus objetivos (Hofling, 2001, p. 30). Nesse contexto, a assistência estudantil desempenha um papel

essencial, funcionando como um apoio que facilita a integração dos estudantes no ambiente acadêmico. Esse tipo de intervenção é crucial para garantir que alunos de diferentes origens socioeconômicas possam aproveitar as oportunidades educacionais sem se sobrecarregar com dificuldades financeiras.

Ao analisar as políticas públicas de forma crítica, como fazem Dias e Matos<sup>4</sup> (2017), fica claro que a eficácia dessas políticas depende de sua capacidade de atender de fato às necessidades da população que elas buscam apoiar. No caso da assistência estudantil, isso significa a criação de políticas bem estruturadas, que considerem não apenas a oferta de bolsas e auxílios, mas também a criação de um ambiente universitário que seja verdadeiramente inclusivo e acolhedor (Dias; Matos, 2017, p. 3). Essas políticas devem ser constantemente avaliadas e ajustadas para garantir que atendam adequadamente às necessidades dos estudantes e promovam a equidade no ensino superior.

Além disso, a discussão sobre assistência estudantil e políticas públicas não pode ignorar a complexidade das relações de poder e as dinâmicas sociais descritas por (Bourdieu, 1989). Como mencionado anteriormente, o campo universitário é caracterizado pela competição por diferentes formas de capital, que inclui o capital cultural, econômico e social. A assistência estudantil atua para nivelar esse campo, oferecendo suporte que pode ajudar a mitigar as desvantagens associadas à falta de capital (Bourdieu, 1989). Em outras palavras, ao proporcionar apoio financeiro e estrutural, a assistência estudantil busca reduzir as desigualdades que afetam a trajetória acadêmica dos estudantes, promovendo uma maior equidade no acesso e na permanência no ambiente universitário.

É visto que, a eficácia das políticas de assistência estudantil está intrinsecamente ligada à sua capacidade de responder de maneira eficaz às desigualdades estruturais e aos desafios enfrentados pelos estudantes. Ao integrar os conceitos de políticas públicas e análise crítica das desigualdades no campo universitário, podemos compreender melhor o papel crucial da assistência estudantil na promoção da inclusão e na melhoria das oportunidades educacionais para todos.

---

<sup>4</sup> Esta nota visa esclarecer a diferença entre as abordagens de Pierre Bourdieu (1989) e Dias e Matos (2017). Enquanto Dias e Matos tratam das políticas públicas como instrumentos para reduzir desigualdades, Bourdieu não aborda diretamente as políticas, mas destaca como as desigualdades se perpetuam através do capital cultural, social e econômico. Ele mostra que, mesmo com políticas de assistência, sua eficácia é limitada se não considerarem os fatores estruturais que favorecem alguns grupos em detrimento de outros. Assim, enquanto Dias e Matos discutem as políticas a partir de sua operacionalização pelo Estado, a perspectiva de Bourdieu permite entender por que muitas vezes, essas políticas não conseguem romper com os ciclos de reprodução da desigualdade.

Camemietzki (2019) oferece uma análise detalhada das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destacando a necessidade urgente de que essas políticas transcendam o simples acesso ao ensino superior.

De acordo com a autora:

A expansão do ensino superior no Brasil, a partir dos anos 2000, intensificou a entrada de estudantes oriundos de camadas populares, o que alterou significativamente o perfil socioeconômico dos discentes, gerando demandas adicionais por políticas públicas voltadas à permanência (Camemietzki, 2019, p. 15).

Esse cenário não é exclusivo da UFMG, mas reflete uma questão estrutural enfrentada por diversas instituições de ensino superior, especialmente nas universidades estaduais, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A expansão do acesso ao ensino superior por meio de políticas de democratização, como a implementação de cotas raciais e sociais, trouxe uma diversificação sem precedentes na composição social da comunidade acadêmica (Camemietzki, 2019, p. 16). No entanto, essa diversificação impõe um novo desafio, garantir que a inclusão se traduza em sucesso acadêmico, e não apenas em matrícula. A permanência desses estudantes, principalmente os de baixa renda e aqueles que historicamente foram excluídos do espaço acadêmico, depende de políticas públicas que considerem as particularidades socioeconômicas e culturais dos indivíduos, fornecendo suporte adequado em todas as etapas da formação.

Ao analisar a realidade das universidades estaduais, como a UEMA, observamos que a necessidade de políticas de permanência eficazes é ainda mais premente. Isso ocorre porque muitas dessas instituições estão situadas em regiões onde as desigualdades sociais são profundas, e os estudantes enfrentam barreiras financeiras, culturais e estruturais que dificultam não apenas o acesso, mas principalmente a conclusão de seus cursos. Como argumentam Dias e Matos (2017), a função das políticas públicas é justamente "sanar conflitos e estabilizar a sociedade, promovendo convivência pacífica e oportunidades equitativas" (Dias e Matos, 2017, p. 3). Nesse contexto, a assistência estudantil assume uma importância central, pois não basta incluir, é preciso garantir que essa inclusão seja acompanhada de mecanismos que possibilitem o sucesso acadêmico.

A discussão sobre políticas de permanência vai além de questões financeiras. É necessário considerar também aspectos psicológicos, emocionais e culturais que influenciam a experiência do estudante no ambiente universitário. Camemietzki (2019, p.17) ressalta que as universidades precisam desenvolver estratégias integradas que envolvam não só auxílio

financeiro, mas também suporte acadêmico e psicológico, além de iniciativas que promovam a inclusão cultural desses estudantes. Isso é particularmente relevante em instituições como a UEMA, onde a diversidade regional e cultural dos discentes exige uma abordagem mais ampla e sensível.

Outro ponto crucial levantado por Camemietzki (2019) é que a eficácia das políticas de assistência estudantil deve ser continuamente monitorada e ajustada conforme as demandas sociais evoluem. A autora destaca que “as políticas de permanência precisam ser dinâmicas, adaptando-se às novas realidades e aos perfis variados de estudantes que compõem o ensino superior” (2019, p. 18). Em universidades como a UEMA, que enfrentam dificuldades adicionais devido à carência de recursos e à localização geográfica de algumas de suas unidades, a flexibilização das políticas públicas é uma ferramenta essencial para atender as demandas emergentes dos estudantes e garantir que eles tenham condições de concluir seus estudos com êxito.

Ao considerar o cenário de universidades estaduais como a UEMA, as políticas de assistência estudantil devem ser vistas como parte de um esforço mais amplo de justiça social. A permanência acadêmica está profundamente ligada à superação das desigualdades sociais, e somente através de políticas públicas eficazes e integradas será possível garantir que a democratização do ensino superior se traduza em reais oportunidades de formação e ascensão social.

O enfoque em políticas de permanência precisa ser sensível às condições socioeconômicas dos estudantes, uma vez que tais condições exercem um impacto significativo na continuidade dos estudos. Conforme Camemietzki (2019) expõe, a trajetória escolar dos jovens provenientes de camadas populares está frequentemente interligada à necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho. Esse fator muitas vezes os coloca diante de escolhas difíceis entre o trabalho e a dedicação integral aos estudos, o que compromete diretamente a permanência no ensino superior (Camenietzki, 2019, p. 69). Quando olhamos para realidades regionais específicas, como o campus da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em Caxias, onde as disparidades socioeconômicas são evidentes, essas questões se tornam ainda mais prementes. Estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade social podem encontrar na universidade um espaço de transformação social, mas ao mesmo tempo enfrentam obstáculos estruturais que dificultam sua permanência.

Esse cenário exige uma compreensão ampla do papel das políticas públicas de assistência estudantil, que não podem se limitar ao fornecimento de auxílio financeiro pontual.

Como argumenta Camemietzki (2019), a permanência no ensino superior envolve múltiplos fatores, e o apoio institucional precisa contemplar desde o suporte financeiro até a criação de um ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor, onde o estudante se sinta parte da comunidade acadêmica (Camemietzki, 2019, p. 113). No caso de Caxias, onde as condições econômicas da região podem exercer uma pressão adicional sobre os discentes, a necessidade de uma assistência que considere as especificidades locais é fundamental. Políticas genéricas que não levam em conta o contexto particular desses estudantes correm o risco de serem ineficazes, perpetuando o ciclo de evasão acadêmica.

A análise crítica das políticas de assistência estudantil também deve ser colocada em diálogo com as discussões mais amplas sobre a função do Estado na promoção de um sistema educacional equitativo. Camemietzki (2019) destaca a necessidade de universalizar o acesso à assistência estudantil, garantindo que o suporte não seja visto como uma concessão limitada a alguns, mas como um direito fundamental que assegure a permanência de todos que dele necessitam (2019, p. 113). Essa ideia se alinha com as demandas por uma educação que promova não apenas o acesso, mas a retenção, e que seja capaz de enfrentar os desafios estruturais que contribuem para a evasão escolar, como as dificuldades econômicas, a falta de apoio acadêmico e os problemas emocionais.

Nesse contexto, é essencial que a UEMA busque estratégias mais integradas e específicas para combater a evasão e promover a retenção dos estudantes, como sugerem Borges, Gouvêa e Barbosa (2022), especialmente por meio da implementação de políticas de assistência estudantil que transcendam o auxílio financeiro, englobando também suporte psicológico e ações voltadas à inclusão social e cultural dos discentes. No campus de Caxias, por exemplo, a assistência estudantil deve ser vista como um pilar central no combate às desigualdades regionais, e sua eficácia está diretamente ligada à capacidade da universidade de identificar e responder às demandas específicas dos seus alunos.

A crítica aqui reside na insuficiência das políticas públicas que, muitas vezes, não consideram o contexto regional e as particularidades dos estudantes que mais necessitam de apoio. Ao abordar o desafio da permanência acadêmica, é preciso enfatizar que as soluções devem ser pensadas de forma articulada com o cenário local, envolvendo uma participação mais ativa do Estado na oferta de recursos, além de uma gestão universitária comprometida com a construção de um ambiente que favoreça a permanência. A proposta de Camemietzki (2019) para a universalização da assistência não pode ser vista apenas como uma utopia, mas sim como

uma meta tangível que exige uma transformação estrutural e cultural nas instituições de ensino superior.

A análise crítica da assistência estudantil deve considerar o papel fundamental que essa política desempenha na promoção da equidade acadêmica, especialmente em contextos socioeconômicos desiguais. A teoria de Bourdieu sobre o capital cultural e social é particularmente útil para entender como as políticas de assistência estudantil atuam como uma forma de compensar as disparidades sociais. Bourdieu (1986) argumenta que o capital cultural, que inclui conhecimentos, habilidades e comportamentos valorizados no contexto educacional, pode ser desigual entre diferentes grupos sociais, impactando diretamente o acesso e o sucesso acadêmico. Nesse sentido, a assistência estudantil pode ser vista como um mecanismo para nivelar o campo de jogo, oferecendo suporte adicional a estudantes que, devido às suas origens socioeconômicas, não possuem o mesmo capital cultural que seus colegas mais favorecidos.

No caso da UEMA e do campus de Caxias, essa perspectiva é crucial para entender a eficácia e as limitações das políticas de assistência. A diversidade socioeconômica da comunidade acadêmica exige uma abordagem mais abrangente que vá além do simples auxílio financeiro. A assistência estudantil deve incluir medidas que abordem as diferentes formas de capital que os estudantes possuem e necessitam.

Isso implica, por exemplo, em criar programas de orientação acadêmica e profissional, oferecer suporte psicológico e promover atividades que integrem os estudantes à vida universitária de maneira significativa.

## **2.1 Análise das Pesquisas Acadêmicas sobre Assistência Estudantil: Produção e Desafios nas Bases de Dados Acadêmicas**

A assistência estudantil é um componente essencial para garantir que os estudantes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, consigam permanecer e se destacar no ensino superior. No entanto, apesar da relevância dessa política pública, ainda há uma grande lacuna quando se observa a realidade das universidades públicas do Maranhão, especialmente no contexto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A produção acadêmica sobre assistência estudantil na UEMA, principalmente no Campus Caxias, ainda é limitada, com poucos trabalhos que explorem a fundo as condições dos estudantes e os desafios enfrentados por eles, como a falta de recursos financeiros para cobrir custos básicos como aluguel, alimentação e transporte.

É justamente para preencher essa lacuna que este estudo se propõe a investigar como as políticas de assistência estudantil são desenvolvidas e aplicadas na UEMA, Campus Caxias, com o intuito de compreender as necessidades reais dos alunos e os limites das ações implementadas pela universidade. Não se busca sugerir mudanças ou soluções, mas compreender melhor a efetividade e os desafios dessas políticas. A análise da assistência estudantil, nesse caso, é entendida não apenas como um apoio financeiro, mas como um fator fundamental para a democratização do acesso ao ensino superior, um tema cada vez mais atual em meio às crescentes desigualdades sociais que marcam o contexto brasileiro.

A metodologia utilizada para esta pesquisa se baseia na análise de dados coletados entre 2015 e 2024 em plataformas acadêmicas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e outros repositórios institucionais. A escolha desse período reflete o momento de consolidação das políticas de assistência estudantil no Brasil e a crescente importância do tema no debate acadêmico.

Ao realizar essa busca, foi possível identificar uma predominância de trabalhos provenientes de instituições como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), enquanto a produção acadêmica voltada para a UEMA, especialmente no que diz respeito ao Campus Caxias, se mostrou escassa. A ausência de estudos de conclusão de curso sobre a política pública de assistência estudantil dentro da própria UEMA é um reflexo da falta de investigação aprofundada sobre esse tema, que ainda carece de atenção nas discussões acadêmicas da universidade.

Com base nos critérios de busca utilizados, que incluíram palavras-chave como "assistência estudantil", "vulnerabilidade social" e "políticas públicas", foi possível identificar a carência de pesquisas que tratem de forma mais ampla e detalhada da realidade dos estudantes da UEMA. Essa falta de estudos voltados à universidade indica uma lacuna significativa na pesquisa, especialmente no curso de Ciências Sociais do Campus Caxias, onde a temática ainda é pouco explorada.

A assistência estudantil, à luz dos conceitos de Pierre Bourdieu, nos ajuda a compreender a importância dessa política para o acesso e a permanência dos estudantes em ambientes acadêmicos. Para Bourdieu (1999), a desigualdade social está diretamente ligada ao capital econômico e social dos indivíduos, o que reflete na sua capacidade de acesso à educação de qualidade. Assim, entender como as políticas de assistência estudantil podem ajudar a reduzir essas desigualdades é fundamental para avaliar seu impacto real no cenário educacional.

A pesquisa bibliográfica realizada neste estudo foi baseada em uma seleção de artigos e dissertações, cujos dados foram acessados por meio de plataformas como a CAPES e a BDTD. A busca foi conduzida entre os anos de 2015 e 2023, com foco em artigos e dissertações que abordam a assistência estudantil, especialmente no contexto do estado do Maranhão. As palavras-chave utilizadas foram "assistência estudantil" e "Maranhão", com a intenção de entender como esse tema tem sido tratado nas universidades públicas. No entanto, foram encontrados poucos trabalhos, sendo que a maioria deles se refere à Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A análise dos materiais encontrados incluiu dissertações publicadas entre 2020 e 2023, que discutem a dinâmica institucional e os impactos da assistência estudantil, além de seus desafios e potencialidades. A pesquisa também considerou dissertações que abordam como a assistência estudantil está estruturada e aplicada nas universidades maranhenses, com foco nas necessidades reais dos alunos e nos obstáculos enfrentados no processo de permanência.

**Tabela 01:** Assistência Estudantil no Maranhão em Publicações Acadêmicas

| <b>TÍTULO DO TRABALHO</b>                                                                                                                            | <b>AUTORES</b>                        | <b>ANO</b> | <b>INSTITUIÇÃO</b>               | <b>TIPO DE TRABALHO</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------|----------------------------------|-------------------------|
| <b>Quem entrou quer ficar: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da UFMA</b>                       | Brenda Vanessa Pereira Soares         | 2021       | Universidade Federal do Maranhão | Dissertação             |
| <b>Análise das práticas de cuidado em saúde na assistência estudantil da UFMA – Campus Bacanga</b>                                                   | Cedrico Tempel Nakasu                 | 2021       | Universidade Federal do Maranhão | Dissertação             |
| <b>Assistência estudantil na UFMA, dinâmica institucional e Significados na formação: evidências da modalidade vivências acadêmico-profissionais</b> | Allana Sousa Silva                    | 2020       | Universidade Federal do Maranhão | Dissertação             |
| <b>A assistência estudantil nas escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais Brasileiras: dinâmica, Potencialidades e limites</b>           | Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho | 2023       | Universidade Federal do Maranhão | Dissertação             |

**FONTE:** Trabalhos apresentados e extraídos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileira (BDTD), evidenciando pesquisas recentes sobre as políticas de assistência estudantil no contexto do ensino superior no estado do Maranhão.

A assistência estudantil, em sua essência, é um pilar fundamental para garantir a permanência de estudantes no ensino superior, sendo particularmente relevante nas universidades públicas estaduais como a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão).

Embora as políticas assistenciais existam, a análise sociológica dos dados revela lacunas significativas que refletem as limitações estruturais e de recursos dentro da instituição, o que leva à necessidade urgente de um debate mais amplo e aprofundado.

A análise da assistência estudantil na UEMA também revela a escassez de publicações, dissertações e artigos em periódicos específicos, quando comparada a universidades federais, como a UFMA. Ao buscar em bases de dados como CAPES e a BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), observamos uma deficiência nas pesquisas voltadas para as especificidades dessa instituição, o que limita a visibilidade de seus desafios e avanços no campo da assistência estudantil. Este panorama reflete uma situação em que a universidade ainda não se posiciona como referência em estudos sobre políticas públicas voltadas para o estudante, embora a demanda seja crescente. A falta de divulgação e de produção de conhecimento dentro da UEMA sobre essas questões impede que a universidade se beneficie de uma reflexão crítica constante sobre suas práticas e políticas.

Outro ponto crucial é a falta de clareza nos editais de assistência estudantil, principalmente no que se refere ao auxílio-creche, ao auxílio crédito e ao auxílio para pessoas com deficiência. A ausência de uma definição precisa sobre o número de vagas disponíveis, especialmente para o campus de Caxias, gera insegurança entre os estudantes. Muitas vezes, ao lerem os editais, estudantes da região não compreendem se existem vagas disponíveis para seu campus, o que contribui para a falta de confiança nas políticas oferecidas. A transparência nos editais, incluindo a definição clara de vagas e critérios, seria essencial para a melhor orientação e compreensão por parte dos estudantes.

Em relação às necessidades específicas dos estudantes da UEMA, é evidente que há uma defasagem nos serviços oferecidos, que muitas vezes são insuficientes para atender a demandas urgentes, como as de mulheres-mães que enfrentam desafios para conciliar maternidade e vida acadêmica. Este cenário é agravado pela escassez de uma rede de apoio efetiva que contemple a pluralidade de necessidades dos estudantes, como a saúde mental, apoio psicossocial e a assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Embora a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tenha avançado em algumas questões, é evidente que os serviços da UEMA carecem de um maior investimento e de uma abordagem mais humanizada para realmente garantir a permanência desses estudantes na universidade.

A dissertação de Brenda Vanessa Pereira Soares (2021), por exemplo, destaca que “mulheres que são mães enfrentam desafios frequentes para conciliar maternidade e vida acadêmica” (Soares, 2021, p. 15), um reflexo das desigualdades de gênero e das condições

sociais adversas que afetam essas estudantes. A autora também enfatiza que a "efetivação do direito à educação" deve ser mais do que um discurso, requerendo a ampliação das políticas públicas que assegurem esse direito de maneira efetiva, especialmente para mulheres que enfrentam múltiplas formas de discriminação. A UEMA, portanto, precisa fortalecer a implementação de políticas assistenciais mais eficazes e inclusivas, de modo a combater as desigualdades de gênero e classe.

Na análise de Cedrico Tempel Nakasu (2021), observa-se que as práticas de cuidado em saúde na UFMA são mais desenvolvidas, embora ainda apresentem limitações. Quando comparado com a UEMA, os serviços de saúde e de apoio estudantil na instituição maranhense são muitas vezes deficientes, não conseguindo cobrir as necessidades de estudantes, especialmente nas questões de saúde mental e suporte social.

Allana Sousa Silva (2021) também levanta um ponto crucial sobre a assistência estudantil, observando que “as ações de assistência estudantil têm uma tendência assistencialista, pautada na contrapartida” (Silva, 2021, p. 125). Esse modelo assistencialista, que ainda predomina em algumas universidades, ignora as especificidades dos alunos e não proporciona um suporte verdadeiro para garantir sua inclusão no ambiente acadêmico. A UEMA, assim como outras universidades estaduais, deveria buscar um modelo de assistência que considere as realidades diversas de seus alunos e promova sua integração plena ao ambiente universitário.

É possível perceber que, embora as políticas assistenciais sejam fundamentais, elas não são suficientes para resolver os problemas estruturais que afetam a permanência dos estudantes na UEMA. A falta de clareza nos editais, a escassez de pesquisas relacionadas à assistência estudantil e a necessidade de uma rede de apoio mais sólida são questões que precisam ser discutidas com mais atenção.

A UEMA precisa atentar para as necessidades específicas de seus estudantes, em particular aqueles que enfrentam desafios relacionados a gênero, classe social e maternidade. Para garantir uma educação pública de qualidade e com equidade, é fundamental que a universidade invista de forma mais consistente nas políticas de assistência estudantil. Além disso, é essencial fomentar um diálogo contínuo entre a universidade e a comunidade acadêmica, visando a construção de soluções mais adequadas e eficazes para os obstáculos enfrentados pelos estudantes.

As pesquisas dentro da UEMA se tornem mais acessíveis, visíveis e eficazes, para que a universidade possa refletir sobre suas práticas e políticas, e realmente contribuir para a

transformação social que promete oferecer a seus alunos. Ações concretas e mais claras são necessárias para garantir que as políticas de assistência estudantil da universidade atendam efetivamente as demandas da comunidade acadêmica, respeitando as particularidades de cada estudante.

**Tabela 02:** Assistência Estudantil no Maranhão e Análise de Publicações Acadêmicas no Portal de Periódicos da CAPES

| TÍTULO DO TRABALHO                                                                                                               | AUTOR(ES)                                                                                                             | ANO  | INSTITUIÇÃO                           | TIPO DE TRABALHO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------------------------------|------------------|
| <b>Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes</b>                                | Marly de Jesus Sá Dias, Brenda Vanessa Pereira Soares                                                                 | 2019 | Universidade Federal do Maranhão UFMA | Artigo           |
| <b>Assistência Estudantil e Vulnerabilidade Social: Estudo de projetos pedagógicos de sete cursos de graduação em matemática</b> | Francisco Alexandre de Lima Sales, Leila do Socorro Rodrigues Feio, Eliane Leal Vasquez, Reullyanne Freitas de Aguiar | 2022 | Universidade Federal de São Paulo     | Artigo           |

**FONTE:** Distribuição de publicações acadêmicas relacionadas à assistência estudantil no Maranhão, categorizadas por idioma, área de conhecimento, e instituições, no período de 2015 a 2024.

Ao olhar para os estudos sobre assistência estudantil e a realidade das universidades públicas no Maranhão, percebe-se uma pequena concentração na produção acadêmica na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e outras instituições, enquanto a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) ainda carece de uma análise aprofundada e divulgada sobre as necessidades e desafios enfrentados pelos seus estudantes, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade social.

Um estudo da UFMA, que se destaca, aborda a assistência estudantil no contexto das mães-estudantes. O artigo revela uma realidade frequentemente negligenciada: as dificuldades das mulheres que são mães e tentam conciliar a maternidade com a vida acadêmica. A pesquisa sublinha a importância das creches como equipamentos sociais essenciais para que essas mulheres permaneçam na universidade. Como apontam os autores Dias e Soares (2019), "a insuficiência de creches públicas no Brasil é um fato concreto", refletindo a luta constante de mães para garantir um apoio básico para a educação e o bem-estar dos filhos, permitindo sua continuidade nos estudos. A falta de acesso a creches de qualidade, como se observa, contribui para a evasão escolar entre as mães-estudantes. Portanto, a assistência estudantil, através de

políticas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), emerge como um caminho crucial para a permanência dessas mulheres no ensino superior.

No entanto, esse estudo também aponta para a necessidade urgente de ampliação das políticas públicas de apoio a esse público. Embora as creches nas universidades sejam fundamentais, o número de vagas é extremamente limitado e sua divulgação, muitas vezes, é insuficiente, o que torna essas políticas de assistência estudantil ainda mais restritas e ineficazes. Nesse sentido, se a UEMA tivesse uma política de creche mais estruturada, com mais vagas e uma melhor divulgação, talvez mais mulheres-mães pudessem acessar a universidade sem abrir mão dos estudos para cuidar dos filhos.

Este estudo evidencia uma grande lacuna na assistência estudantil, especialmente no que diz respeito à maternidade dentro da universidade. Embora a assistência estudantil seja uma política fundamental, ela ainda se mostra insuficiente nas universidades estaduais, como a UEMA. A falta de creches e de uma estrutura que atenda essa demanda é um reflexo da precariedade da infraestrutura universitária, que não consegue atender a todas as necessidades dos alunos. Como destaca o estudo de Sales et al. (2022), a "impossibilidade de acesso à educação de qualidade contribui para a perpetuação da desigualdade social e das consequências deletérias que ela engendra" (Sales et al., 2022, p. 20), e, no contexto da UEMA, a ausência de políticas eficazes de permanência para as mães estuda-se revela essa falha.

Outro estudo importante para a análise da assistência estudantil foi realizado em sete cursos de graduação em Matemática, no qual se analisaram os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). O estudo aponta que, apesar de uma forte base teórica nos projetos pedagógicos, as ações para apoiar a permanência dos alunos, especialmente os mais vulneráveis, ainda são fracas ou inexistem. Sales et al. (2022) indicam que muitos desses projetos não abordam adequadamente a questão da vulnerabilidade social e a necessidade de políticas específicas para garantir que os alunos consigam concluir seus cursos.

Essa análise traz uma questão importante, como podem as políticas de assistência estudantil ser mais eficazes se nem os PPCs dos cursos de graduação consideram essas questões? Quando não há integração entre as políticas educacionais e as políticas de permanência, os resultados são claros: a evasão escolar entre os estudantes mais vulneráveis tende a aumentar. Como evidenciam Sales et al. (2022), a "garantia de condições para o acesso, permanência e conclusão do curso", aliada à "defesa da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de preconceitos" (Sales et al., 2022, p. 23), deve ser um princípio central nos PPCs, mas muitos ainda falham nesse aspecto.

A grande lacuna que se observa nos estudos sobre a assistência estudantil é justamente a ausência de uma produção acadêmica significativa dentro da própria UEMA. Enquanto universidades como a UFMA discutem amplamente essas questões, a UEMA parece estar atrasada nesse debate, refletindo na falta de um trabalho mais profundo sobre a política pública de assistência estudantil. Isso é notável quando se pensa, por exemplo, nas creches universitárias, onde a UEMA ainda não apresenta uma política bem estruturada e efetiva. Sales et al. (2022) destacam que os projetos pedagógicos devem abordar a "inclusão social e democratização do ensino", mas, na prática, as políticas da UEMA ainda não chegam a todos os alunos que necessitam desse apoio.

Essa falta de políticas claras e estruturadas reflete não apenas uma falha na gestão da assistência estudantil, mas também uma invisibilidade das questões de vulnerabilidade social dentro da própria universidade. Quando os projetos pedagógicos não tratam dessas questões de forma efetiva, reforça-se a ideia de que as políticas de assistência estudantil ainda são secundárias dentro da agenda institucional. Como citado por Sales et al. (2022), a "sociedade atual requer cada vez mais a formação de sujeitos conscientes do seu papel social" (Sales et al., 2022, p. 7), e a universidade, enquanto formadora de cidadãos, tem a responsabilidade de integrar essa consciência em suas práticas educacionais e em suas políticas de assistência.

A produção acadêmica sobre assistência estudantil dentro da UEMA ainda é muito incipiente, o que reflete diretamente a falta de políticas públicas eficazes para apoiar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Embora os estudos sobre a UFMA sejam indicativos de como a assistência estudantil pode transformar a vida acadêmica de muitos estudantes, também evidenciam as deficiências que ainda precisam ser corrigidas. Ao se omitir desse debate, a UEMA contribui para o agravamento das desigualdades sociais, dificultando o acesso e a permanência no ensino superior de uma parte significativa da sua população estudantil.

### **3 NORMATIVAS E EDITAIS NA ESTRUTURAÇÃO DA PERMANÊNCIA ACADÊMICA NA UEMA**

A assistência estudantil, constitui uma ferramenta essencial no panorama educacional contemporâneo, desempenhando um papel destacado na promoção da igualdade e inclusão social. De acordo com os princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é dever do Estado garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência escolar, por meio de políticas que atendam às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, os programas de assistência estudantil buscam assegurar o cumprimento desse direito, oferecendo suporte em áreas como alimentação, moradia e saúde, elementos indispensáveis para a concretização da equidade educacional no Brasil, marcado por profundas disparidades socioeconômicas.

Além do suporte direto aos estudantes, a assistência estudantil possui implicações mais amplas para a sociedade, como a redução da evasão escolar, a melhoria do desempenho acadêmico e o fortalecimento da inclusão social. Sob a perspectiva de Bourdieu (1979), a educação é um campo social atravessado pela reprodução de desigualdades. Nesse contexto, os programas de assistência estudantil atuam como instrumentos para democratizar o acesso ao capital cultural, permitindo que estudantes menos favorecidos tenham condições de superar barreiras estruturais e alcançar melhores resultados acadêmicos e profissionais.

Seguindo essa lógica, Höfling (2001) argumenta que:

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social (Höfling, 2001, p. 31).

Isso significa que a assistência estudantil não pode ser vista apenas como uma ajuda direta aos estudantes, mas também como parte de um projeto mais amplo do Estado, que organiza as relações sociais e, muitas vezes, mantém desigualdades existentes.

Nesse contexto, é importante pensar sobre até que ponto as políticas de assistência estudantil realmente conseguem transformar as lógicas estruturais ou se acabam apenas aliviando seus efeitos. A assistência estudantil deve ser compreendida como um espaço de tensões e disputas, onde interesses institucionais e sociais interagem. Esse olhar possibilita refletir sobre como essas ações podem, simultaneamente, abrir portas para a inclusão e, ainda assim, reforçar as estruturas sociais que criam desigualdades.

Na UEMA, Campus Caxias, essas políticas o intuito de atender às necessidades específicas dos estudantes, muitos dos quais vêm de cidades vizinhas e áreas rurais, onde o acesso à educação superior é limitado. Muitos desses estudantes enfrentam desafios financeiros significativos, como o custo do aluguel, transporte e outras despesas básicas. Muitos vêm de famílias carentes, que não têm condições de arcar com esses custos, o que torna a assistência estudantil ainda mais crucial para garantir a permanência deles na universidade. Programas como o Auxílio Alimentação, o Auxílio Moradia, a Bolsa Permanência, o Auxílio Creche e a Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência são regulamentados por normativas internas da UEMA, como as resoluções 179/2015-CAD/UEMA, 229/2017-CAD/UEMA e 1482/2021-CEPE/UEMA, e visam atender essas necessidades imediatas de permanência, especialmente para os estudantes que não têm outra fonte de renda.

Embora essas políticas sejam essenciais para garantir que os alunos em situação de vulnerabilidade econômica possam continuar seus estudos, elas também refletem limitações inerentes ao modelo de segmentação. Como destaca Secchi (2010), "as políticas públicas sociais visam à redistribuição de benefícios sociais, buscando reduzir as desigualdades estruturais". No entanto, a separação dos auxílios em categorias específicas, como alimentação e moradia, pode limitar a compreensão de que os estudantes possuem necessidades interligadas e abrangentes, que vão além das dimensões isoladas previstas por esses programas.

Esse cenário evidencia a complexidade da assistência estudantil, que não opera de forma isolada, mas está inserida em um sistema educacional que, como apontado por Bourdieu (2007), tende a reproduzir desigualdades sociais. Nesse sentido, é possível observar que as políticas públicas de assistência estudantil frequentemente refletem as dinâmicas sociais e culturais em que estão inseridas. Ao considerar as especificidades regionais e sociais dos estudantes, essas políticas buscam oferecer respostas integradas às múltiplas necessidades apresentadas, mas muitas vezes acabam perpetuando as diferenças de capital cultural e social existentes. Assim, embora os programas de assistência sejam indispensáveis para aliviar os efeitos mais imediatos das desigualdades, cabe questionar até que ponto eles conseguem impactar de maneira mais ampla as estruturas sociais que condicionam o acesso e a permanência no ensino superior.

Os programas de assistência estudantil regulamentados pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como os Auxílios Alimentação, Moradia e Permanência, são organizados a partir de um conjunto de resoluções que orientam sua implementação e critérios de acesso. A Resolução nº 179/2015-CAD/UEMA, por exemplo, "estabelece os critérios gerais para a concessão dos auxílios", reforçando a importância de assegurar condições que promovam a

permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a Resolução nº 229/2017-CAD/UEMA complementa essas diretrizes, detalhando os parâmetros de aplicação prática dos recursos destinados à assistência estudantil, configurando a política como "um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes matriculados nos cursos presenciais e EAD [...] visando à permanência e ao êxito na perspectiva de inclusão social" (UEMA, 2017, p. 4).

Considerando a importância dessas ações, a Resolução nº 1482/2021-CEPE/UEMA ampliou as normativas existentes, incluindo medidas específicas para atender estudantes com deficiência e promovendo maior transparência na gestão dos programas. Esses esforços são reforçados pelo entendimento da assistência estudantil como uma política pública que "estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes" (UEMA, 2017, p. 4).

A preocupação com a evasão, especialmente entre os estudantes de graduação oriundos de escolas públicas, também é destacada nas normativas. A Resolução nº 179/2015-CAD/UEMA reconhece que "a evasão se verifica, sobretudo, entre alunos oriundos de escolas públicas [...] situados em faixas de renda familiar que caracterizem vulnerabilidade socioeconômica" (UEMA, 2015, p. 1). Essa perspectiva reforça a relevância de programas que incentivem a permanência desses discentes e ofereçam suporte em momentos críticos de sua formação acadêmica. Assim, ao observar as ações promovidas pela UEMA, fica evidente o esforço em estruturar um sistema que atenda às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade, buscando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e garantir a igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico.

Essas normativas, alinhadas ao PNAES e às diretrizes da LDB, têm como objetivo central assegurar que os auxílios cheguem aos estudantes mais vulneráveis, contribuindo para sua permanência no ensino superior. No entanto, ao mesmo tempo em que garantem suporte a essas demandas imediatas, a segmentação dos auxílios também levanta dúvidas sobre sua capacidade de atender de forma integrada às necessidades dos estudantes.

A partir dessas normativas, é possível identificar os esforços institucionais da UEMA em adaptar as políticas nacionais às suas realidades regionais e específicas. No Campus Caxias, por exemplo, muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras significativas, como o pagamento de aluguel e alimentação, enquanto outros precisam de suporte para conciliar os estudos com responsabilidades familiares, o que torna auxílios como o Auxílio Creche igualmente importantes.

Essas políticas, embora fundamentais, apresentam desafios que demandam uma análise mais aprofundada. O papel das normativas, como as resoluções citadas, não se limita apenas ao cumprimento das regras, mas também deve permitir uma visão mais ampla sobre as demandas dos estudantes e as realidades sociais que moldam suas trajetórias no ensino superior. Dessa forma, é necessário questionar como essas resoluções são aplicadas na prática e de que maneira contribuem para enfrentar as desigualdades estruturais presentes no contexto educacional, que muitas vezes colocam os estudantes em situações de “sobrevivência estudantil”.

A política de assistência estudantil da UEMA é estruturada para atender aos desafios enfrentados pelos estudantes matriculados nos cursos presenciais, a distância (EAD), PROFITEC (Programa de Formação Profissional Tecnológica) e ENSINAR<sup>5</sup>. Com o objetivo de promover a permanência acadêmica e o êxito dos alunos, essa política busca alinhar a inclusão social à produção de conhecimento e à melhoria do desempenho acadêmico. Apesar de ser direcionada principalmente aos cursos de graduação presencial, é importante considerar como essas ações dialogam com as diferentes modalidades de ensino e as necessidades específicas dos estudantes atendidos.

As resoluções que regulamentam essa política, como as Resoluções nº 179/2015, 199/2015, 228/2017, 229/2017 e 230/2017, constituem a base normativa para a organização e o funcionamento dos programas de assistência estudantil. Essas resoluções estabelecem critérios de acesso e procedimentos administrativos que orientam a distribuição dos auxílios, demonstrando o esforço institucional em garantir que os benefícios cheguem aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.

Na prática, a assistência estudantil na UEMA é operacionalizada por meio de editais que especificam os requisitos para acesso aos auxílios. Esses editais adotam critérios socioeconômicos rigorosos, exigindo comprovação documental, como comprovantes de renda e declarações específicas.

Entre os auxílios oferecidos estão o Auxílio Moradia, Auxílio Creche, Auxílio Alimentação, Bolsa Permanência e a Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência. Esses benefícios desempenham um papel essencial para reduzir as dificuldades financeiras que poderiam comprometer a permanência acadêmica dos estudantes. Além disso, é importante destacar que os estudantes podem acessar mais de um auxílio, dependendo de suas necessidades, o que mostra o esforço da UEMA em atender às múltiplas dimensões da vida acadêmica.

---

<sup>5</sup> ENSINAR: Programa destinado à formação de professores, com oferta de cursos de Licenciatura.

Essa análise permite compreender que, embora as políticas de assistência estudantil sejam fundamentais para aliviar as desigualdades mais imediatas, elas refletem as limitações enfrentadas pelas instituições públicas ao lidarem com desigualdades mais amplas e estruturais. Na concepção de Pierre Bourdieu (1989), o sistema educacional pode ser entendido como um espaço que reflete e reforça as desigualdades sociais, reproduzindo condições de acesso desiguais ao capital cultural e econômico. Nesse contexto, a assistência estudantil da UEMA evidencia tanto o esforço institucional em promover a inclusão quanto as dificuldades enfrentadas ao tentar equilibrar demandas diversas em um cenário de recursos limitados.

Dessa forma, a política de assistência estudantil da UEMA pode ser entendida como um reflexo das dinâmicas sociais mais amplas que permeiam a educação superior. Ao mesmo tempo em que busca atender às necessidades urgentes dos estudantes, ela também revela os desafios de garantir uma experiência acadêmica equitativa. A análise dessas normativas e ações permite refletir sobre como as políticas públicas contribuem para enfrentar os obstáculos que marcam a trajetória acadêmica de muitos alunos, sem perder de vista as realidades locais e institucionais.

Para uma análise mais detalhada, concentraremos nossa atenção em três auxílios centrais oferecidos pelo Campus Caxias: Auxílio Alimentação (2017-2024), Auxílio Moradia e Bolsa Permanência (2017-2024). A escolha desses auxílios se justifica por sua relevância para a permanência dos estudantes na universidade, uma vez que são amplamente requisitados e têm impacto direto no cotidiano de muitos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Auxílio Alimentação foi escolhido por ser um dos mais procurados e por atender a uma necessidade básica de todos os estudantes. Este auxílio é fundamental, pois muitos alunos, principalmente aqueles que vêm de famílias com poucas condições financeiras, encontram na alimentação um dos maiores desafios diários. A falta de recursos para garantir uma alimentação adequada pode afetar o desempenho acadêmico, já que a alimentação está diretamente ligada à saúde e ao rendimento intelectual. Esse auxílio, ao ser concedido, permite que o estudante se concentre nos estudos, diminuindo uma das preocupações mais comuns para aqueles que enfrentam dificuldades econômicas. É importante refletir sobre como a oferta desse benefício pode influenciar diretamente o sucesso acadêmico e a permanência do estudante na universidade.

Já o Auxílio Moradia, por sua vez, é destacado principalmente pela escassez de vagas e pela especificidade de atender estudantes que vêm de outras cidades. A quantidade limitada de

vagas para moradia estudantil faz com que muitos alunos precisem procurar alternativas no mercado de aluguel, que nem sempre são acessíveis. A moradia é uma das necessidades mais críticas para os estudantes que vêm de fora, pois sem ela, eles não teriam condições de continuar os estudos. A limitação de vagas para o Auxílio Moradia reflete uma realidade em que a maioria dos estudantes precisa lidar com a alta demanda e a dificuldade de garantir um espaço adequado e barato para viver. A falta de apoio para esses alunos pode resultar em uma grande pressão sobre suas condições financeiras, fazendo com que muitos precisem conciliar trabalho e estudo ou, em alguns casos, até desistir do curso. O desafio de encontrar moradia acessível dentro de Caxias é um reflexo de uma realidade social complexa, onde o custo de vida impacta diretamente a trajetória acadêmica desses estudantes.

Antes conhecida como Auxílio Bolsa Trabalho, a Bolsa Permanência foi escolhida por sua função específica em garantir a continuidade dos estudos para aqueles que enfrentam dificuldades financeiras. Esse auxílio, embora limitado em vagas, oferece aos alunos uma bolsa para trabalhar em setores administrativos dentro da universidade, o que facilita a permanência no campus e ajuda a reduzir a pressão financeira. A Bolsa Permanência não só contribui com um suporte financeiro, mas também oferece ao aluno uma oportunidade de integração ao ambiente universitário, trabalhando em áreas administrativas. Esse auxílio pode ser crucial para estudantes que, sem essa ajuda, poderiam ser forçados a abandonar os estudos devido à necessidade de trabalhar fora da universidade para garantir sua sobrevivência.

Enquanto o Auxílio Creche e a Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência são, sem dúvida, importantes, sua análise é mais limitada devido à falta de dados específicos nos editais da UEMA, especialmente em relação à quantidade de vagas disponíveis para o Campus Caxias. O Auxílio Creche é abrangente para todos os campos da UEMA, mas não é possível quantificar com precisão a oferta de vagas para Caxias. Da mesma forma, a Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência é uma política significativa, mas a quantidade de recursos e vagas oferecidas ainda parece ser restrita, o que torna a análise mais desafiadora. Embora esses auxílios sejam essenciais e mereçam atenção, o foco da análise estará nos três auxílios mais solicitados: Alimentação, Moradia e Permanência.

Essa escolha se justifica pela importância desses auxílios na vida cotidiana dos estudantes e por seu impacto direto na permanência acadêmica e no sucesso educacional. Mesmo que a assistência estudantil pareça, à primeira vista, algo simples ou pequeno para quem não vivencia essa realidade, é fundamental olhar mais profundamente para como esses benefícios estão estruturados e como as desigualdades sociais e econômicas influenciam as

decisões e trajetórias acadêmicas. A compreensão de como esses auxílios operam não é apenas uma questão administrativa, mas sim uma reflexão sobre as barreiras que os estudantes enfrentam e como essas políticas públicas, ainda que com limitações, são cruciais para o acesso e permanência de muitos no ensino superior.

### **3.1 Análise do Edital: Auxílio Bolsa de Trabalho (BT) e Permanência na Assistência Estudantil**

Para entender o contexto dos auxílios oferecidos pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), é importante examinar a origem e a evolução desses programas. Inicialmente, o primeiro auxílio instituído foi o Programa Bolsa de Trabalho (BT), criado pela Resolução nº 179/2015 do Conselho de Administração da UEMA. Este programa foi desenvolvido com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade econômica dos estudantes e garantir sua permanência nos cursos de graduação presenciais.

Segundo o Edital nº 05/2015:

A Bolsa Trabalho - BT tem como objetivos: incentivar a permanência dos discentes com vulnerabilidade econômica nas atividades acadêmicas de graduação; minimizar a evasão dos alunos de graduação nos dois primeiros períodos; e promover a inclusão social e a igualdade de condições (UEMA, 2015, p. 1).

Essa iniciativa evidencia o compromisso da instituição em promover a equidade no acesso à educação superior. Nos anos de 2015 e 2016, a Bolsa de Trabalho foi instituída com o objetivo principal de atender estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Conforme explicitado no edital, para participar do programa, os discentes deveriam cumprir critérios como "estar devidamente matriculado em curso de graduação presencial da UEMA, cursando os dois primeiros períodos acadêmicos", além de "não ter concluído nenhum outro curso de graduação" e "não ser beneficiário de qualquer outro tipo de bolsa ou vínculo empregatício" (UEMA, 2015, p. 4).

O programa estabeleceu critérios específicos de elegibilidade para assegurar que os recursos chegassem aos estudantes que realmente necessitavam de apoio. Para serem contemplados pelas políticas de assistência estudantil, os alunos devem atender a diversos critérios específicos. Primeiramente, é necessário demonstrar condição de vulnerabilidade socioeconômica, a qual é avaliada através de um questionário socioeconômico. Além disso, os candidatos precisam comprovar que cursaram os últimos três anos na rede pública de ensino.

Outro requisito importante é a apresentação de um comprovante de pagamento de tarifa social de energia elétrica, com consumo médio mensal residencial familiar de até 120 kW. Também é exigido o comprovante de isenção no Programa de Acesso ao Ensino Superior (PAES). Por fim, os estudantes devem apresentar um comprovante de matrícula em curso de graduação na UEMA, estando nos primeiros ou segundos períodos de seus cursos.

Os critérios de elegibilidade, embora aparentem ser neutros, acabam refletindo as desigualdades estruturais da sociedade. Como aponta Pierre Bourdieu (1966), a familiaridade com a linguagem e a cultura valorizadas pela escola não é distribuída de forma equitativa, sendo herdada principalmente por aqueles que crescem em ambientes privilegiados. Essa desigualdade cultural, muitas vezes invisível, é um fator decisivo para o sucesso educacional, pois não se limita à questão financeira, mas também abrange a transmissão de saberes e práticas que favorecem alguns em detrimento de outros.

Isso nos leva a uma realidade que, o sistema educacional, ao invés de ser um caminho para a mobilidade social, muitas vezes acaba favorecendo quem já tem acesso a uma cultura mais "refinada" desde a infância. Ele não apenas reforça, mas também amplifica as desigualdades que existem fora da escola. Quando olhamos para os critérios de elegibilidade de programas de assistência estudantil, devemos perceber que, além da questão financeira, há também questões culturais e sociais que não se veem diretamente nos números. A falta de recursos financeiros é uma parte do problema, mas as desigualdades de acesso ao conhecimento, à cultura e às oportunidades sociais são, muitas vezes, o que realmente determina o sucesso ou fracasso de um estudante na escola.

Essas desigualdades não se resolvem apenas com apoio financeiro; elas precisam ser vistas em um contexto mais amplo, onde as condições sociais e culturais de cada estudante são levadas em conta para que a verdadeira inclusão aconteça. A exigência de comprovação da condição de vulnerabilidade socioeconômica por meio de um questionário pode levar à estigmatização dos estudantes, reforçando a percepção de que apenas indivíduos em situações extremas de carência merecem apoio.

Bourdieu (1966), argumenta que:

O sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (Bourdieu, 1966, p. 41).

Essa perspectiva sugere que as práticas burocráticas e os critérios de elegibilidade frequentemente mascaram uma reprodução das desigualdades sociais, funcionando como

formas de violência simbólica. Na prática, isso significa que, ao exigir uma comprovação rigorosa da vulnerabilidade socioeconômica, os sistemas educacionais podem não apenas perpetuar essas desigualdades, mas também reforçar estigmas que limitam a inclusão efetiva. Hoje, essa dinâmica continua a se manifestar em políticas de assistência estudantil que, apesar de bem-intencionadas, muitas vezes não conseguem capturar toda a complexidade da vulnerabilidade dos estudantes, deixando de lado aspectos culturais e sociais que são igualmente relevantes para entender e abordar as desigualdades na educação.

Além disso, a exigência de que os candidatos tenham cursado os últimos três anos na rede pública de ensino desconsidera as trajetórias não-lineares de muitos estudantes, que podem ter transitado entre escolas públicas e privadas por razões diversas, incluindo a busca por melhor qualidade de ensino ou a necessidade de se adaptar a mudanças familiares e econômicas. Esse critério, portanto, pode inadvertidamente excluir estudantes que igualmente necessitam de apoio. A apresentação de um comprovante de pagamento de tarifa social de energia elétrica, com consumo médio mensal residencial familiar de até 120 kW, pode ser particularmente problemática. Este critério não leva em conta as variações no tamanho das famílias e nas necessidades energéticas de diferentes lares. Além disso, o acesso à tarifa social pode ser burocraticamente dificultoso, e muitas famílias vulneráveis podem não estar registradas no programa, mesmo que se enquadrem nos requisitos. E outra questão, é exigir que os estudantes estejam nos primeiros ou segundos períodos de seus cursos limita o apoio a um grupo específico de alunos, desconsiderando as necessidades daqueles que enfrentam dificuldades ao longo de todo o percurso universitário. Estudantes em períodos mais avançados, que já investiram significativamente em sua educação, também podem enfrentar crises econômicas e sociais que ameaçam sua permanência.

As resoluções daquele período detalharam as condições para a concessão da bolsa, incluindo valores e a quantidade de vagas disponíveis para o campus Caxias, conforme ilustrado na tabela abaixo.

**Tabela 03:** Número de bolsas e valor por ano para o Programa Bolsa de Trabalho (BT) da UEMA 2015/2016.

| Ano         | Número de bolsas total | Número de bolsas para Caxias | Valor da Bolsa |
|-------------|------------------------|------------------------------|----------------|
| <b>2015</b> | 50 bolsas              | 02 bolsas                    | R\$ 400,00     |
| <b>2016</b> | 70 bolsas              | 03 bolsas                    | R\$ 400,00     |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, extraídos da Resolução nº 179/2015 e dos editais nº 02/2015 e nº 03/2016 da UEMA.2024.

Para compreendermos de forma crítica e contextualizada os auxílios oferecidos pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) através dos editais de 2015 e 2016, é necessário analisar os desafios enfrentados e as limitações inerentes a esses programas. A UEMA, buscando promover equidade e garantir a permanência dos estudantes, lançou editais específicos que, apesar de bem-intencionados, demonstram algumas dificuldades em atender plenamente às necessidades dos alunos.

A análise dos editais nº 02/2015 e nº 03/2016 mostra o esforço inicial da UEMA para implementar o Programa Bolsa Trabalho. Em 2015, foram oferecidas 50 bolsas, das quais apenas 2 destinadas ao campus de Caxias, com o valor de R\$ 400,00 cada. Em 2016, o número aumentou para 70 bolsas, sendo 3 para o mesmo campus, mantendo o mesmo valor. Esses números indicam que o programa estava em fase inicial, possivelmente de teste, enquanto a universidade avaliava sua viabilidade e impacto.

Apesar da intenção de reduzir a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes e combater a evasão escolar, a distribuição inicial do programa era muito limitada. Apenas 2 bolsas em 2015 e 3 em 2016 para o campus de Caxias eram insuficientes diante da demanda. O valor de R\$ 400,00, embora representasse um apoio importante, não cobria completamente despesas básicas como moradia, alimentação e transporte, especialmente para estudantes de outras cidades.

Esse cenário reflete os desafios de expandir um programa como esse. Muitos estudantes, apesar de atenderem aos critérios, permaneceram sem assistência. Isso pode ter causado frustração entre aqueles que esperavam apoio, mas não foram contemplados. É claro que essas bolsas trouxeram impacto positivo para quem conseguiu, mas não foram suficientes para atender à maioria que precisava. A implementação inicial do programa, apesar de necessária, mostra que o alcance ainda era muito pequeno, beneficiando um grupo restrito enquanto muitos continuavam enfrentando dificuldades financeiras.

A distribuição das bolsas no Programa Bolsa Trabalho, conforme os editais nº 02/2015 e nº 03/2016, revela um cenário em que, apesar das boas intenções da UEMA, o alcance do programa foi muito limitado. Em 2015, o campus de Caxias recebeu apenas 2 bolsas, e em 2016, esse número subiu para 3. Isso mostra claramente que, mesmo com a necessidade de apoio financeiro crescente, a universidade estava conseguindo beneficiar um número muito pequeno de estudantes, em relação à demanda.

O valor de R\$ 400,00, embora significativo, não era suficiente para cobrir as despesas básicas de muitos estudantes, principalmente aqueles que vinham de outras cidades. A moradia, alimentação e transporte são custos elevados que muitos estudantes não conseguem arcar, e a oferta restrita de bolsas acaba dando a impressão de que a universidade está ajudando, mas na prática, a maioria dos alunos continua sem o suporte necessário.

Essa situação reflete um dos principais desafios das políticas públicas, especialmente no campo da educação, que é garantir que as iniciativas realmente atendam à grande demanda existente, sem deixar de fora aqueles que mais precisam. Embora o programa tenha sido um passo importante, a falta de recursos e de um maior número de bolsas fez com que ele tivesse um impacto limitado, não sendo capaz de alcançar todos os estudantes que necessitavam desse apoio financeiro.

Conforme apontado por Pierre Bourdieu (1989), as condições materiais e as diferentes formas de capital têm um papel fundamental na compreensão das práticas sociais e acadêmicas. No contexto da assistência estudantil da UEMA, no campus Caxias, a insuficiência do valor dos auxílios e a quantidade reduzida de bolsas refletem uma abordagem inicial, que não consegue atender plenamente às diversas necessidades dos estudantes, em especial aqueles que enfrentam desafios socioeconômicos significativos. A escassez de bolsas sugere que a universidade ainda está em um processo de avaliação da viabilidade do programa, sem uma alocação substancial de recursos desde o início.

De acordo com Bourdieu (1989), o capital econômico desempenha papel crucial na definição das oportunidades acadêmicas e sociais. No caso dos estudantes que não conseguiram obter uma bolsa, as dificuldades aumentam, pois eles se veem obrigados a equilibrar os estudos com a necessidade de um trabalho remunerado. Isso resulta em sobrecarga de tarefas, exaustão física e mental, e, muitas vezes, em queda no desempenho acadêmico. Já os estudantes que conseguiram acessar o auxílio, mesmo que de forma limitada, experimentaram um alívio temporário, mas o pequeno número de bolsas e o valor reduzido não foram suficientes para atender a todas as demandas dos alunos de forma abrangente.

O Programa Bolsa Trabalho, embora tenha oferecido a possibilidade de experiências práticas, principalmente em estágios administrativos, não apresentou resultados duradouros para os alunos devido à insuficiência de recursos financeiros e ao número restrito de vagas. Essa falta de abrangência compromete a eficácia do programa em garantir que todos os estudantes em situação de vulnerabilidade recebam o suporte necessário. Para que o programa

tenha um impacto real e significativo na vida dos estudantes, é necessário expandir tanto o número de bolsas quanto o valor concedido.

Políticas mais inclusivas devem buscar uma distribuição mais equitativa dos auxílios, assegurando que os benefícios sejam mais acessíveis e eficazes, especialmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. A avaliação constante de programas como o Bolsa Trabalho deve ir além da distribuição inicial de recursos e considerar se, de fato, esses auxílios estão contribuindo para a permanência dos estudantes na universidade e, conseqüentemente, para a redução da evasão acadêmica. Bourdieu (1989) afirma que as condições materiais de vida influenciam diretamente as práticas sociais e acadêmicas dos indivíduos, sendo fundamental garantir que os auxílios proporcionem uma base sólida para o sucesso acadêmico dos estudantes.

Mediante a isso, o valor de R\$ 400,00, embora representativo, não é suficiente para cobrir todas as necessidades básicas dos alunos, especialmente em um contexto onde muitos estudantes provêm de famílias com condições socioeconômicas instáveis. A ampliação desse valor e a criação de novas formas de auxílio podem ser medidas fundamentais para promover um suporte mais efetivo e transformador na vida acadêmica dos estudantes.

A insuficiência do valor da bolsa pode gerar impactos significativos na vida dos estudantes, especialmente aqueles com dificuldades financeiras. Sem o auxílio adequado, muitos são levados a buscar empregos de meio período ou aumentar as horas de trabalho, o que pode afetar negativamente o desempenho acadêmico e aumentar o risco de evasão. Isso se alinha com o conceito de capital econômico de Pierre Bourdieu (1989), que destaca como a falta de recursos pode limitar as oportunidades de investimento em outros tipos de capital, como o capital cultural, essencial para o sucesso acadêmico. A escassez de recursos financeiros pode criar um ciclo de desigualdade, onde estudantes com menos capital econômico enfrentam dificuldades adicionais para concluir seus estudos, impactando diretamente seu desenvolvimento acadêmico e a construção de um habitus acadêmico bem-sucedido.

A limitação do valor das bolsas pode perpetuar um ciclo de desigualdade, pois estudantes com menor acesso a recursos financeiros enfrentam mais barreiras para participar ativamente das atividades acadêmicas. Essa situação tem repercussões além da sala de aula, afetando sua capacidade de se envolver em atividades extracurriculares, fundamentais para a formação integral e para o desenvolvimento de um habitus acadêmico que favoreça o sucesso no campo educacional.

Além disso, os critérios de elegibilidade rigorosos exigidos para a obtenção dos auxílios podem excluir estudantes que estão em situações financeiras igualmente precárias, mas que não atendem a todos os requisitos formais. Essa exclusão reflete um dilema nas políticas de assistência estudantil: como criar critérios justos que atendam às diversas realidades dos estudantes sem desconsiderar as situações mais complexas e as diferentes formas de vulnerabilidade social? A teoria de Bourdieu (1989), especialmente seus conceitos de campo social e habitus, é útil para entender como a falta de capital econômico pode dificultar o acesso ao capital cultural e social, resultando em uma desigualdade que prejudica a permanência dos alunos na universidade.

Além disso, os critérios de elegibilidade podem não levar em consideração a complexidade das trajetórias acadêmicas e pessoais dos estudantes. Por exemplo, alunos que enfrentam crises temporárias, como problemas de saúde ou situações familiares emergenciais, podem não conseguir manter um padrão de rendimento acadêmico constante ou fornecer toda a documentação necessária no momento preciso. Esse fator pode excluir estudantes que, embora temporariamente fora do padrão, estão em risco de abandono acadêmico devido à falta de suporte adequado.

A análise das resoluções e editais da UEMA revela um processo gradual de adaptação e aprimoramento da política de assistência estudantil, com destaque para a transição do Programa Bolsa Trabalho para o Programa Bolsa Permanência. Essa evolução não é meramente formal, mas reflete um esforço contínuo da universidade para responder às necessidades crescentes dos alunos em situação de vulnerabilidade.

Nos editais de 2015 e 2016, o Programa Bolsa Trabalho buscava fornecer um auxílio básico, com valores limitados e um número restrito de bolsas. A finalidade era oferecer algum suporte financeiro para estudantes, mas com uma abordagem mais restrita, refletindo uma tentativa inicial de atender a uma demanda crescente de assistência sem comprometer grandes recursos. No entanto, a análise dos documentos posteriores sugere que, ao longo dos anos, a UEMA foi percebendo as limitações desse formato. O valor reduzido das bolsas e o número restrito de vagas não eram suficientes para garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Essa constatação levou à criação do Programa Bolsa Permanência, que visava ampliar o suporte financeiro e fornecer uma assistência mais robusta e contínua aos estudantes. O novo programa propôs uma abordagem mais abrangente, com o intuito de reduzir a evasão e melhorar as condições acadêmicas dos alunos. A mudança de nome e a ampliação das condições de

acesso indicam que a universidade passou a considerar as complexas realidades dos estudantes, com uma preocupação maior em garantir a permanência dos mesmos no contexto acadêmico.

A implementação das Resoluções nº 179/2015 e nº 231/2017 – CAD/UEMA representa uma mudança significativa na abordagem da universidade em relação à assistência estudantil, com o intuito de atender de forma mais eficaz às necessidades dos estudantes e promover sua permanência acadêmica. Embora essas mudanças mostrem um esforço em aprimorar o suporte oferecido, ainda persistem desafios que precisam ser enfrentados para garantir a eficácia do programa. Para melhor compreender essas mudanças e identificar áreas que necessitam de atenção, será realizada uma análise comparativa da tabela abaixo, que apresenta as variações nos valores e nas quantidades de bolsas disponibilizadas para o campus Caxias ao longo dos anos.

**Tabela 04:** Distribuição e valores das bolsas do Programa Bolsa Permanência conforme as Resoluções e editais da UEMA (2017-2024).

| Ano  | Número de bolsas Geral | Número de bolsas para Caxias | Valor da Bolsa |
|------|------------------------|------------------------------|----------------|
| 2017 | 100 Bolsas             | 09 bolsas                    | R\$ 400,00     |
| 2018 | 100 Bolsas             | 09 bolsas                    | R\$ 400,00     |
| 2020 | 100 Bolsas             | 09 bolsas                    | R\$ 400,00     |
| 2021 | 100 Bolsas             | 09 bolsas                    | R\$ 400,00     |
| 2022 | 100 Bolsas             | 09 bolsas                    | R\$ 500,00     |
| 2023 | 110 Bolsas             | 09 Vagas                     | R\$ 500,00     |
| 2024 | 110 Bolsas             | 09 Vagas                     | R\$ 500,00     |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, resoluções nº 179/2015, nº 207/2016, nº 231/2017, e nº 408/2023 da UEMA; editais anuais (2017-2024).

A Resolução nº 231/2017 marcou um ponto de inflexão significativo, renomeando o programa de Bolsa Trabalho para Bolsa Permanência e ampliando consideravelmente o número de bolsas oferecidas. A partir de 2017, o campus de Caxias viu um aumento no número de bolsas, passando de 2-3 bolsas para 9 bolsas, refletindo um reconhecimento da demanda específica e das necessidades dos alunos dessa região.

Apesar do aumento no número de bolsas, a demanda continua a superar a oferta, revelando uma limitação significativa. Mesmo com o reajuste do valor da bolsa para R\$ 500,00, muitas vezes esse valor é insuficiente para cobrir todas as despesas básicas dos estudantes, especialmente no contexto de inflação e aumento do custo de vida. Além disso, as restrições para obter a bolsa – como não possuir emprego formal – podem excluir estudantes que

enfrentam dificuldades financeiras, mas que não atendem a todos os critérios formais estabelecidos.

Nesse contexto, é evidente que:

A assistência estudantil deve ter uma ação para além da assistência básica, que atue sob a lógica ampliada das necessidades do corpo discente e atue como uma política transversal no ambiente acadêmico (Camenietzki, 2019, p. 94).

De acordo com a autora, a assistência deve ser pensada de forma ampliada, considerando as condições sociais e as exigências acadêmicas de maneira integrada.

A insuficiência dos valores concedidos e as restrições impostas pelo atual sistema revelam a urgência de uma revisão e expansão das políticas de assistência estudantil. Segundo Camenietzki (2019), é evidente que a abordagem vigente carece de uma perspectiva mais inclusiva e adaptativa, uma vez que não consegue abranger plenamente as diversas realidades socioeconômicas enfrentadas pelos alunos. A falta de ajuste às realidades variáveis e frequentemente desafiadoras dos estudantes não apenas perpetua desigualdades existentes, mas também limita a eficácia das políticas

A atual configuração das políticas de assistência estudantil, embora tente atender a uma demanda crescente, não tem conseguido responder de forma eficaz às complexas realidades socioeconômicas dos alunos. Esta situação pode ser analisada através das lentes das desigualdades estruturais, que não são suficientemente abordadas pelas medidas existentes. A lógica por trás das políticas de assistência é limitada, funcionando apenas dentro de um modelo que privilegia critérios formais, ignorando as múltiplas formas de vulnerabilidade dos alunos. Essa abordagem, ao invés de promover a inclusão e equidade, acaba perpetuando um ciclo de exclusão, intensificando as desigualdades já existentes.

De acordo com Marx (ano), a desigualdade não é apenas uma questão de acesso aos recursos, mas também uma questão de estrutura econômica. Em "O Capital", ele afirma que as oscilações do mercado de trabalho criam uma "superpopulação relativa", um exército industrial de reserva, que é constantemente mantido à margem da produção, em condições de precariedade (MARX, 2008, p. 461). Esse conceito é relevante para entender como as políticas de assistência estudantil, ao se basearem em uma distribuição desigual de recursos, contribuem para a criação de um "exército de reserva" acadêmico, onde apenas uma parcela dos estudantes consegue ter sucesso ou até mesmo permanecer na universidade.

A forma como as bolsas de assistência estudantil é distribuída, com uma concentração excessiva em um número restrito de campi e com valores insuficientes, reforça a desigualdade

estrutural e cria barreiras adicionais para os estudantes em situação de vulnerabilidade. Marx observa que a acumulação de capital, em sua forma mais pura, é uma forma de intensificação das desigualdades sociais, uma vez que ela se dá à custa da exploração de uma força de trabalho cada vez mais barata e desprotegida (Marx, 2008, p. 455). Esse fenômeno se reflete diretamente nas políticas educacionais, onde, ao invés de reduzir as desigualdades, as bolsas de assistência reforçam a segmentação e as distâncias entre os diferentes grupos sociais.

Bourdieu (2007), por sua vez, nos oferece uma visão sobre como as desigualdades se manifestam no campo cultural e educacional. Para ele, a educação é um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Bourdieu argumenta que as necessidades culturais, incluindo aquelas associadas ao acesso ao ensino superior, não são naturais, mas sim produtos das condições sociais e educacionais das classes dominantes (Bourdieu, 2007, p. 9). No contexto da assistência estudantil, isso se traduz na forma como as políticas de auxílio não consideram as diferentes origens sociais dos estudantes e, portanto, falham em atender às suas necessidades reais.

Bourdieu (2007) não tratou diretamente da assistência estudantil, mas sua teoria nos ajuda a enxergá-la como uma possibilidade de equilibrar as oportunidades entre estudantes de diferentes origens sociais. No entanto, o que se observa é que, ao manter um modelo de distribuição desigual e baseada em critérios rígidos, as políticas de assistência acabam criando uma hierarquia dentro da própria universidade, onde aqueles que mais necessitam ficam excluídos, reforçando a ideia de que o acesso à educação de qualidade é um privilégio de poucos (Bourdieu, 2007). Essa hierarquia, sustentada por um capital cultural desigual, reflete-se em um ambiente acadêmico que, ao invés de ser inclusivo, favorece aqueles que já possuem recursos e condições para se manter na universidade.

Em vez de trabalhar a assistência estudantil de maneira isolada, é preciso entender que a questão da desigualdade e da exclusão na educação está profundamente enraizada nas estruturas sociais e econômicas mais amplas. Marx nos lembra que a lógica capitalista tende a concentrar riqueza e recursos, o que, no contexto educacional, resulta na segmentação dos estudantes, onde os mais pobres são sistematicamente deixados para trás (Marx, 2008, p. 459). Da mesma forma, Bourdieu aponta que as políticas educacionais devem ser sensíveis às diferenças culturais e sociais dos estudantes para que realmente possam promover a inclusão (Bourdieu, 2007, p. 9).

A política de assistência estudantil precisa ser refletida não apenas em termos de valores e distribuição, mas também com uma compreensão mais profunda das diversas formas

devulnerabilidade que os estudantes enfrentam. Uma análise que leve em conta as múltiplas dimensões das realidades estudantis, permite uma reflexão mais ampla sobre como o sistema educacional pode se aproximar de suas metas de inclusão social. Esse processo de reflexão contribui para que a universidade se torne, de fato, um espaço de equidade e uma possível via de mobilidade social, ainda que, nesse momento, os desafios persistam.

Como observa Camenietzki (2019):

[...] a concepção de 'assistência' que emerge desta relação impõe, a partir da criação da Pró-Reitoria, uma nova abordagem sobre a permanência estudantil, que passa a ser vista sob uma nova ótica, para além do viés historicamente construído (Camenietzki, 2019, p. 112).

Ela destaca a necessidade de um modelo de assistência estudantil que vá além da simples distribuição de recursos, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva das condições dos alunos. A concentração de bolsas e os limites nos valores ainda refletem uma abordagem tradicional, frequentemente moldada por critérios rígidos que não conseguem capturar a complexidade das desigualdades contemporâneas.

É crucial reconhecer que a eficácia das políticas de assistência não pode ser medida apenas pela quantidade de recursos distribuídos, mas também pela capacidade dessas políticas de responder de maneira adaptativa às múltiplas e interligadas necessidades dos estudantes. Sem essa abordagem inclusiva, perpetua-se um ciclo de desigualdade, no qual as necessidades mais urgentes continuam sendo sistematicamente ignoradas. Como Camenietzki (2019, p. 92) observa, "o Plano Nacional de Assistência Estudantil, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão". Assim, a assistência estudantil não deve ser uma ação isolada, mas parte integrante do sistema educacional, buscando integrar-se de forma eficiente com outras dimensões do ensino superior para enfrentar, de maneira mais eficaz, as diversas necessidades dos alunos.

Além disso, Camenietzki (2019, p. 111) defende que "a assistência estudantil deve pautar-se pela lógica da universalidade, distanciando-se da focalização e seletividade típicas da assistência social". Isso reforça que uma política verdadeiramente inclusiva deve ser universal, garantindo o acesso equitativo a todos os estudantes, especialmente os mais vulneráveis. A universalidade é um passo essencial para romper o ciclo de desigualdade, assegurando que as necessidades mais urgentes e diversas sejam atendidas de forma justa e abrangente.

A abordagem universal e integrada da assistência estudantil não só assegura que as necessidades diversas dos alunos sejam atendidas, mas também revela áreas críticas, como a

falta de suporte em questões habitacionais, que podem comprometer a permanência acadêmica. O auxílio moradia, por exemplo, se apresenta como um componente essencial para superar uma das maiores barreiras enfrentadas por muitos estudantes. A dificuldade em garantir uma moradia adequada pode afetar diretamente o desempenho acadêmico e, conseqüentemente, a conclusão dos cursos. É fundamental que o auxílio moradia seja planejado e implementado de forma eficaz, para garantir que todos os estudantes com dificuldades habitacionais recebam o apoio necessário.

### **3.2 Análise do Edital: Auxílio Moradia na Assistência Estudantil no Campus de Caxias**

A importância do auxílio moradia na assistência estudantil não pode ser subestimada, especialmente diante das dificuldades que muitos alunos enfrentam para garantir um lugar adequado para viver. Esse suporte não só garante a segurança física, mas também ajuda a manter a estabilidade emocional e acadêmica, fatores essenciais para que os estudantes sigam adiante em sua jornada. O auxílio moradia é, portanto, fundamental para que eles possam continuar e ter sucesso em seus estudos, como reforçado pela Resolução N 230/2017 da UEMA. Esse tipo de ajuda precisa ser visto como parte essencial da política de assistência estudantil, que busca oferecer oportunidades iguais e apoiar a permanência dos alunos na universidade. A implementação de uma política de auxílio moradia não apenas assegura um teto, mas cria um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal do estudante. Essa estrutura está intrinsecamente relacionada ao conceito de "campo" proposto por Bourdieu (1989), no qual ele define o campo como um espaço social de interações e disputas por recursos, poder e prestígio. A moradia estudantil, nesse contexto, representa um dos recursos fundamentais dentro do campo universitário, sendo um determinante para a permanência e o sucesso acadêmico.

A precariedade habitacional pode ser vista como uma forma de "capital social" perdido, ou seja, uma barreira para o pleno engajamento dos estudantes no campo acadêmico. Bourdieu (1989) argumenta que os indivíduos que não têm acesso a recursos básicos, como a moradia, ficam em desvantagem no jogo social e acadêmico. Esse fenômeno é descrito por ele ao se referir à luta pelo "capital simbólico" no campo universitário, onde a obtenção de um título acadêmico não depende apenas do desempenho individual, mas também da posição social e dos recursos materiais disponíveis para o estudante. A segurança habitacional, portanto, é um elemento central para permitir que o estudante participe plenamente do campo educacional, sem a constante pressão das dificuldades externas.

Por outro lado, o auxílio moradia também se conecta com as reflexões de Le Goff (2003, *apud* Teixeira, 2014), quando discute a evolução das universidades medievais, sugere que a institucionalização do ensino superior está intimamente ligada às transformações sociais e econômicas de sua época. Para Le Goff (2003, *apud* Teixeira, 2014), as universidades surgiram como corporações que, inicialmente, eram instituições de poder e prestígio, mas também de exclusão, onde o acesso ao conhecimento e à educação era restrito a uma pequena elite. A luta por igualdade de acesso, em parte, encontra eco na assistência estudantil moderna, que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, tenham a possibilidade de ingressar e permanecer nas universidades.

Desta forma, a implementação de políticas como o auxílio moradia está diretamente ligada ao princípio de justiça social, promovendo um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. Ao considerar a importância da moradia dentro das políticas de assistência estudantil, as universidades estão cumprindo uma função vital: garantir que as barreiras socioeconômicas não sejam impeditivas para o sucesso acadêmico de seus alunos. A superação dessas barreiras é fundamental para que os estudantes possam se concentrar plenamente em suas atividades acadêmicas, sem as distrações e os estresses causados pela insegurança habitacional.

Como afirmou Camenietzki (2019):

À permanência discente representa um importante passo no que se refere à responsabilidade da universidade com todas as expressões de desigualdades e vulnerabilidades pelas quais seu corpo discente passa e que interferem diretamente nas condições de permanência e em sua trajetória acadêmica (Camenietzki, 2019, p. 107).

O entendimento dessa situação vai além de uma simples análise dos recursos financeiros, pois envolve uma compreensão mais ampla das condições de permanência e dos desafios que os estudantes enfrentam. Como destaca Camenietzki (2019), a permanência estudantil não é apenas uma questão de garantir acesso financeiro, mas de um esforço contínuo para superar as barreiras estruturais e sociais que afetam a vivência acadêmica dos alunos.

A implementação de políticas como o auxílio moradia, nesse contexto, se torna uma chave para aliviar essas desigualdades. Ela visa não só garantir a segurança habitacional, mas também criar um ambiente onde os estudantes possam se dedicar ao seu desenvolvimento acadêmico sem as constantes preocupações com as dificuldades externas. Isso se conecta com a visão de Bourdieu (1989), que argumenta que os indivíduos sem acesso a recursos essenciais ficam em desvantagem nas interações sociais e acadêmicas, limitando suas oportunidades de

sucesso. Portanto, ao considerar o auxílio moradia como um instrumento de apoio, as universidades estão não apenas contribuindo para a permanência dos estudantes, mas também para o seu bem-estar e seu pleno aproveitamento do potencial acadêmico.

Ao integrar esse tipo de apoio, a universidade não está apenas fornecendo um auxílio material, mas promovendo um suporte institucional fundamental, como mencionado por Camenietzki (2019). O entendimento de que a permanência é um desafio multifacetado exige que as instituições educacionais adotem uma visão mais ampla, garantindo que, além do suporte financeiro, haja uma rede de apoio para lidar com as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos alunos. Esse apoio se reflete diretamente na capacidade do estudante de acessar e aproveitar as oportunidades educacionais, fazendo com que ele não apenas entre na universidade, mas permaneça nela e conclua sua trajetória com sucesso.

Vamos explorar a importância deste auxílio e como sua implementação pode impactar positivamente a permanência estudantil, analisando tanto os desafios quanto as oportunidades que ele oferece.

**Tabela 05:** Distribuição e valor das bolsas do auxílio moradia na assistência estudantil na UEMA conforme a Resolução Nº 230/2017 e 407/2023 e editais de 2017 a 2024.

| Ano  | Número de bolsas<br>Geral | Número de bolsas para<br>Caxias | Valor da Bolsa |
|------|---------------------------|---------------------------------|----------------|
| 2017 | 200                       | 30                              | R\$ 200,00     |
| 2018 | 200                       | 30                              | R\$ 200,00     |
| 2020 | 200                       | 30                              | R\$ 200,00     |
| 2021 | 200                       | 30                              | R\$ 200,00     |
| 2022 | 200                       | 15                              | R\$ 300,00     |
| 2023 | 200                       | 15                              | R\$ 500,00     |
| 2024 | 200                       | 20                              | R\$ 500,00     |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, extraídos da Resolução Nº 230/2017 - 407/2023 da UEMA e editais anuais (2017-2024).

Ao analisar os dados e diretrizes do auxílio-moradia, vemos que esse programa não se resume apenas a garantir a moradia dos estudantes, mas também traz à tona questões sociais mais amplas. O aumento do valor da bolsa de R\$ 200,00 para R\$ 500,00 em 2023 e 2024 é uma melhoria importante, mas será que esse valor é realmente suficiente para cobrir as despesas de moradia? A quantidade de vagas disponíveis e a forma como elas são distribuídas também são

pontos que merecem atenção. Muitos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade têm dificuldade de acessar essa bolsa, o que nos leva a refletir sobre a eficácia da assistência estudantil.

Como Pierre Bourdieu (1979) destaca, "o capital econômico, como um dos principais tipos de capital, tem um papel fundamental na capacidade das pessoas de acessar e usar recursos e oportunidades" (Bourdieu, 1979, p. 232). Essa falta de recursos pode manter os estudantes de baixa renda em uma situação de vulnerabilidade, criando uma divisão entre aqueles que conseguem se manter com o auxílio e aqueles que, mesmo com o apoio, ainda enfrentam dificuldades sérias. A desigualdade no acesso à moradia digna pode afetar diretamente o desempenho acadêmico e a permanência desses estudantes na universidade.

Quando falamos sobre o auxílio-moradia, estamos falando de um apoio crucial para os estudantes da UEMA que vêm de outras cidades e enfrentam grandes dificuldades financeiras. Esses estudantes muitas vezes têm que lidar com aluguéis altos e uma situação econômica bem difícil. Mesmo com o auxílio oferecido pela universidade, ele pode não ser o suficiente para cobrir todas as despesas, obrigando muitos a buscar empregos extras para complementar a renda. Esse cenário pode ser entendido melhor com o conceito de "capital cultural" de Pierre Bourdieu, que nos ajuda a entender como as habilidades e experiências de vida afetam a posição das pessoas na sociedade. Bourdieu diz que "o capital cultural, em suas várias formas, é essencial para a posição social dos indivíduos e para o acesso a recursos e oportunidades" (Bourdieu, 1984, p. 113). Estudantes que não possuem um capital cultural forte, como o apoio de uma rede familiar ou social, ficam ainda mais vulneráveis, porque precisam equilibrar as necessidades financeiras com as exigências do curso. No ambiente universitário, isso envolve o suporte que a família e a rede social podem oferecer, ajudando a aliviar as dificuldades do dia a dia.

Quando os estudantes não possuem um capital cultural significativo, enfrentam desafios maiores para equilibrar suas responsabilidades acadêmicas e financeiras. A falta de suporte familiar ou social limita suas oportunidades de sucesso, pois, sem uma rede de apoio, precisam lidar sozinhos com as demandas acadêmicas e as necessidades básicas, como moradia e alimentação. Isso pode aumentar a carga de trabalho, o estresse e afetar negativamente tanto o desempenho acadêmico quanto o bem-estar geral. Além disso, a ausência de capital cultural contribui para uma desigualdade de oportunidades, onde aqueles com acesso a melhores redes de apoio e recursos têm mais facilidade em lidar com as exigências da vida universitária.

A redução no número de bolsas para Caxias em 2022, seguida de um aumento no valor em 2023 e 2024, levanta questões sobre a estabilidade e previsibilidade do suporte habitacional oferecido pela UEMA. Essa variabilidade na oferta de bolsas pode comprometer a confiança dos estudantes na continuidade desse auxílio, gerando incertezas que, muitas vezes, acabam por contribuir para o abandono dos estudos.

Sob a perspectiva das teorias de Bourdieu (2006), é possível compreender que essas dificuldades se relacionam ao conceito de "habitus", que explica como as condições sociais moldam as práticas, expectativas e percepções dos indivíduos. Nesse contexto, as narrativas que os estudantes constroem sobre suas trajetórias acadêmicas refletem não apenas suas vivências pessoais, mas também as limitações impostas por estruturas sociais instáveis. Bourdieu destaca que essas narrativas, muitas vezes, não representam fielmente a realidade vivida, mas são influenciadas pelas condições sociais e pelas representações que a sociedade reforça (Bourdieu, 2006). Assim, a experiência de instabilidade no suporte habitacional pode levar os estudantes a perceberem suas jornadas acadêmicas como fragmentadas, marcadas mais por incertezas do que por avanços consistentes.

No contexto das bolsas de moradia, a instabilidade no suporte financeiro pode influenciar a formação do habitus dos estudantes. Quando os estudantes enfrentam uma oferta de bolsas que é intermitente e imprevisível, isso pode criar um habitus de desconfiança e insegurança. Eles podem internalizar a incerteza como uma característica inevitável de sua trajetória acadêmica, ajustando suas expectativas e comportamentos de acordo com essa percepção.

A variabilidade nas políticas de suporte habitacional não apenas afeta a confiança dos estudantes, mas também pode moldar suas disposições internas, ou *habitus*, levando-os a adotar estratégias de precaução ou buscar alternativas fora do ambiente acadêmico para garantir sua estabilidade. Essa insegurança pode, por sua vez, impactar negativamente suas motivações acadêmicas e expectativas para o futuro.

Os critérios para concessão e manutenção do auxílio, conforme definidos no Edital UEMA nº 06/2024, incluem a necessidade de estar regularmente matriculado, comprovar vulnerabilidade socioeconômica, ter cursado o ensino médio em escola pública, residir em local diferente do campus de vínculo e apresentar desempenho acadêmico satisfatório, com média igual ou superior a 7,0 (UEMA, 2024). Esses critérios buscam priorizar os mais vulneráveis, mas é necessário refletir sobre sua eficácia e adequação às realidades dos estudantes.

Por exemplo, a exigência de um coeficiente de rendimento acadêmico elevado pode excluir estudantes que enfrentam dificuldades financeiras severas, agravando ainda mais sua situação. Como Bourdieu (2006) aponta, o sucesso acadêmico não depende apenas de esforço individual, mas também das condições sociais e econômicas que influenciam a trajetória dos estudantes. Assim, um sistema de avaliação que se baseia exclusivamente em critérios objetivos, como desempenho acadêmico, pode não captar toda a complexidade das desigualdades enfrentadas.

Uma abordagem mais sensível às diversas realidades dos estudantes seria fundamental para garantir que o auxílio habitacional cumpra seu papel de promover condições reais de permanência acadêmica. Ao considerar as circunstâncias individuais e a diversidade de desafios enfrentados, seria possível construir um sistema que ofereça suporte mais eficiente e inclusivo, ajudando a reduzir as desigualdades e a promover oportunidades mais equilibradas.

A redução no número de bolsas para Caxias em 2022, seguida por um aumento de valores em 2023 e 2024, levanta questões sobre a constância e a previsibilidade do suporte habitacional oferecido. A variabilidade na oferta de bolsas pode afetar a confiança dos estudantes na continuidade do suporte. Esta falta de previsibilidade pode gerar um sentimento de insegurança entre os beneficiários, que podem se perguntar se o auxílio será mantido a longo prazo. Tal incerteza pode impactar negativamente a motivação e o desempenho acadêmico dos estudantes, uma vez que o suporte habitacional muitas vezes é um pilar essencial para sua estabilidade. Além disso, a oscilação na disponibilidade de bolsas pode criar um ambiente de estresse e incerteza, no qual os estudantes se preocupam não apenas com suas responsabilidades acadêmicas, mas também com a instabilidade de seu suporte financeiro.

Os critérios rigorosos para a concessão e renovação do auxílio, como a necessidade de um coeficiente de rendimento acadêmico igual ou superior a 7.0, podem excluir estudantes que enfrentam dificuldades acadêmicas justamente devido à falta de condições habitacionais adequadas. É importante refletir sobre a necessidade de políticas mais flexíveis e inclusivas. Camenietzki (2019) argumenta que a assistência estudantil deve ser pensada de maneira que considere as múltiplas dimensões das desigualdades enfrentadas pelos estudantes.

A autora destaca que:

Um importante passo para uma responsabilidade institucionalizada da universidade com relação à política em análise, tendo em vista a necessidade de uma política de assistência estudantil mais ampla e justa, que leve em conta a diversidade e as desigualdades dos alunos" (Camenietzki, 2019, p. 110).

A partir dessa perspectiva, é essencial que as políticas de assistência estudantil não apenas cumpram uma função reativa, mas também se tornem proativas na identificação e no enfrentamento das diversas barreiras que os estudantes podem enfrentar. Em vez de impor critérios rígidos que podem, inadvertidamente, excluir aqueles em maior necessidade, as instituições devem considerar a implementação de critérios mais adaptáveis e de suporte contínuo, que reflitam as complexidades da vida acadêmica e pessoal dos alunos.

A assistência estudantil deve, portanto, ser compreendida não como um simples complemento ao esforço acadêmico dos alunos, mas como um componente fundamental que pode facilitar a sua inclusão e permanência no ambiente universitário. Além disso, a abordagem de Camenietzki sublinha a importância de uma política de assistência que se baseie em uma análise contínua das necessidades dos alunos e que se adapte às mudanças contextuais e individuais. Esse enfoque não só promove a justiça social, mas também reforça o compromisso das instituições com a equidade e a inclusão, contribuindo para um ambiente acadêmico acessível para todos.

O auxílio moradia é mais do que uma ajuda financeira; ele representa um suporte fundamental para a permanência estudantil e a redução das desigualdades no ambiente acadêmico. Ao longo dos anos, a concessão desse benefício reflete o esforço em promover condições mais justas para quem enfrenta dificuldades econômicas. No entanto, as necessidades dos estudantes vão além da moradia. Um ponto igualmente crucial é o acesso à alimentação.

Após compreender os desafios e impactos relacionados ao auxílio moradia, é hora de direcionar o olhar para outra questão indispensável: como garantir que os estudantes tenham acesso a uma alimentação adequada. Mais do que suprir uma necessidade básica, isso reflete diretamente no desempenho acadêmico e no bem-estar geral. Assim, vale refletir sobre como o auxílio alimentação pode se tornar um pilar importante na construção de condições mais favoráveis à permanência de quem realmente precisa.

### **3.3 Análise do Edital: Auxílio Alimentação na Assistência Estudantil no Campus de Caxias**

O auxílio alimentação, regulamentado pela Resolução n.º 228/2017-CAD/UEMA, e ajustado pela Resolução n.º 383/2022-CONSUN/UEMA, é outro componente vital das políticas de assistência estudantil da Universidade Estadual do Maranhão. Este auxílio fornece um crédito mensal destinado a estudantes matriculados em cursos presenciais que não têm acesso

a restaurante universitário. Em comparação com o auxílio moradia, o auxílio alimentação também desempenha um papel crucial ao aliviar o fardo financeiro dos alunos, permitindo-lhes focar mais em seus estudos e menos nas preocupações financeiras do cotidiano. Vamos explorar a importância deste auxílio, observe a tabela a seguir:

**Tabela 06:** Auxílio alimentação na assistência estudantil conforme a Resolução nº 228/2017-CAD/UEMA, ajustada pela Resolução nº 383/2022-CONSUN/UEMA e editais anuais (2017-2024).

| Ano  | Número de auxílios Geral | Número de auxílios para Caxias | Valor da Bolsa |
|------|--------------------------|--------------------------------|----------------|
| 2017 | 600                      | 150                            | R\$ 220,00     |
| 2018 | 600                      | 150                            | R\$ 220,00     |
| 2020 | 625                      | 150                            | R\$ 220,00     |
| 2021 | 645                      | 150                            | R\$ 220,00     |
| 2022 | 645                      | 150                            | R\$ 300,00     |
| 2023 | 780                      | 150                            | R\$ 300,00     |
| 2024 | 800                      | 150                            | R\$ 300,00     |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, Resoluções nº 228/2017 e nº 383/2022 da UEMA; editais anuais (2017-2024).

Desde sua implementação em 2017, o valor do auxílio alimentação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) passou por um único reajuste, aumentando de R\$ 220,00 para R\$ 300,00 em 2022, conforme estabelecido pela Resolução n.º 383/2022-CONSUN/UEMA. Este incremento reflete a tentativa de mitigar os impactos da inflação e do aumento do custo de vida sobre os estudantes. No entanto, a estabilização do valor em R\$ 300,00 até 2024 levanta questionamentos sobre a capacidade desta política de acompanhar as necessidades reais dos estudantes, especialmente em tempos de mudanças econômicas e sociais.

O edital deixa claro que o objetivo principal do auxílio alimentação é:

Complementar despesas com alimentação nos campi em que não exista restaurante universitário, aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica (UEMA, 2024, p. 1).

Essa definição evidencia a tentativa de reduzir desigualdades e assegurar condições mínimas de permanência para os estudantes mais vulneráveis. No entanto, no campus de Caxias, apesar da existência de 150 auxílios disponíveis anualmente desde 2017, o número de

vagas não acompanhou o aumento geral da oferta de auxílios nos outros campi, o que levanta dúvidas sobre a equidade na alocação de recursos.

Ao analisar o impacto do auxílio alimentação, é importante considerar como a fixação do valor e a distribuição fixa de vagas podem não atender completamente às demandas regionais. Apesar do aumento em 2022, a manutenção do valor até 2024 e a ausência de revisões na quantidade de vagas para campi específicos demonstram a necessidade de ajustes mais frequentes para alinhar o benefício às realidades locais.

Bourdieu, (1966) aponta que:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social [...] quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social (Bourdieu, 1966, p. 41).

Essa inércia pode ser observada nas políticas de assistência que, ao não considerarem as especificidades regionais, acabam perpetuando desigualdades em vez de reduzi-las.

No campus de Caxias, essa questão é ainda mais evidente. Apesar de os estudantes enfrentarem desafios econômicos severos, como a dificuldade de complementar as despesas mensais com apenas R\$ 300,00, o número de auxílios permanece o mesmo desde 2017. Muitas famílias, em situações de vulnerabilidade, relatam não conseguir atender às necessidades básicas, o que impacta diretamente a permanência acadêmica. Para esses estudantes, o auxílio alimentação não representa apenas um complemento, mas um suporte essencial para garantir a continuidade de seus estudos. No entanto, a ausência de revisões na quantidade de vagas sugere que essas políticas carecem de uma análise mais detalhada das realidades locais. Para que o auxílio alimentação alcance seus objetivos de democratizar o acesso e reduzir desigualdades, é necessário que a UEMA reavalie a distribuição de recursos, ajustando-os proporcionalmente às demandas e condições específicas de cada campus.

O programa de auxílio alimentação também tem como objetivo democratizar o acesso e garantir a permanência dos estudantes no ensino superior, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Conforme descrito no edital, "os ODS 1 - Erradicação da Pobreza e ODS 10 - Redução das Desigualdades" norteiam a política de assistência, buscando empoderar e promover a inclusão social e econômica dos estudantes (UEMA, 2024, p. 1). No entanto, enquanto o número total de auxílios aumentou de 600 em 2017 para 800 em 2024, o número de auxílios para o campus de Caxias permaneceu fixado em 150 durante todo o período.

Como enfatiza Bourdieu (1966):

A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 1966, p. 42).

Essa ideia ajuda a entender como as desigualdades sociais também afetam a vida acadêmica, pois as diferenças culturais e sociais entre os estudantes influenciam diretamente seu desempenho e sua permanência no ensino superior. Quando falamos sobre as políticas públicas de assistência estudantil, essas desigualdades iniciais não são facilmente resolvidas por uma abordagem única, pois a falta de ajustes nas políticas, como o auxílio alimentação, pode acabar perpetuando as diferenças.

Se pensarmos no auxílio alimentação, por exemplo, ele tem o poder de ajudar a diminuir algumas dessas desigualdades. No entanto, se a política não considerar as necessidades específicas de cada campus, ela pode acabar reforçando as diferenças entre os estudantes. O fato de manter um valor fixo de auxílio, sem ajustar conforme a realidade de cada local, pode resultar em um atendimento desigual. Como Bourdieu afirma, as instituições de ensino, muitas vezes, acabam reforçando as desigualdades, ao invés de diminuir as diferenças que já existem. Por isso, é importante repensar a distribuição de recursos, levando em conta as necessidades dos estudantes em cada lugar.

Outro ponto importante está nos critérios de elegibilidade descritos no edital, que priorizam estudantes com menor renda per capita e sem acesso a outros benefícios. Apesar da tentativa de garantir transparência no processo, as exigências documentais e as visitas domiciliares previstas no edital podem ser um obstáculo para estudantes em situações mais complexas, que enfrentam dificuldades em comprovar formalmente sua vulnerabilidade. Conforme o edital, "é fundamental que o processo de avaliação seja transparente e flexível, permitindo compreender a realidade socioeconômica de cada estudante" (UEMA, 2024, p. 5). Isso aponta para a necessidade de estratégias mais inclusivas e sensíveis às realidades individuais, especialmente em um contexto de desigualdade tão marcante.

Além disso, o auxílio alimentação deve ser compreendido como parte de uma política mais ampla de assistência estudantil, que inclui iniciativas como o auxílio moradia e a assistência à saúde. O edital ressalta que "as ações integradas visam garantir condições de permanência, contribuindo para a formação acadêmica e social dos estudantes em vulnerabilidade" (UEMA, 2024, p. 6). Essa integração é crucial para reduzir desigualdades e promover um ambiente universitário mais inclusivo.

Embora o auxílio alimentação represente um esforço significativo da UEMA para apoiar seus estudantes, é evidente que ajustes e revisões são necessários para que ele alcance plenamente seus objetivos.

Como Bourdieu (1966) observa:

As oportunidades de acesso ao ensino superior são o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais (Bourdieu, 1966, p. 41).

Isso ressalta que o simples acesso à educação já está marcado pelas desigualdades sociais que atravessam as trajetórias dos estudantes, o que reflete diretamente nas condições de permanência no ensino superior. Em outras palavras, a desigualdade não se resume à entrada na universidade, mas se estende ao dia a dia acadêmico, onde as diferenças estruturais, como o acesso a recursos básicos, como alimentação e moradia, podem limitar as chances de sucesso para quem já enfrenta desafios econômicos.

A partir disso, fica claro que o auxílio alimentação não pode ser apenas uma medida padronizada, aplicada de forma igual em todos os casos. A realidade de cada estudante é única, e as políticas públicas precisam reconhecer essa diversidade. Bourdieu nos faz perceber que as desigualdades sociais e culturais não são algo que desaparece ao entrar na universidade, mas continuam influenciando a experiência dos alunos ao longo de sua trajetória. Na UEMA, isso significa que, para o auxílio alimentação ser realmente eficaz, é preciso entender as particularidades de cada campus e as necessidades de quem estuda ali. A política precisa ser flexível, adaptando-se à realidade dos estudantes, para que todos, independentemente de sua classe social, tenham uma oportunidade verdadeira de se manter na universidade.

A decisão de não abarcar o auxílio creche e o auxílio para estudantes com deficiência nesta pesquisa está fundamentada em uma abordagem sociológica que privilegia o caráter mais abrangente das políticas de assistência estudantil no Campus Caxias da UEMA. Esses auxílios, apesar de essenciais para grupos específicos, como pais estudantes e pessoas com deficiência, apresentam critérios e aplicação que são delimitados por demandas muito específicas e, muitas vezes, quantitativamente reduzidas em relação às demais formas de assistência (como moradia, alimentação e bolsa permanência), que têm maior impacto no conjunto da comunidade acadêmica. Ademais, os editais que regulamentam tais auxílios não fornecem dados detalhados sobre a quantidade de vagas ou a abrangência regional no Campus Caxias, limitando a possibilidade de análise crítica aprofundada para este recorte territorial. Assim, priorizar auxílios de maior cobertura permite refletir com mais precisão sobre como a assistência

estudantil se estrutura enquanto política pública de inclusão, democratização e permanência, alinhando-se ao contexto mais amplo das desigualdades sociais enfrentadas pela maioria dos estudantes no município.

#### 4 EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS CAXIAS

A vivência universitária, especialmente em instituições públicas de ensino superior, é atravessada por desafios que vão muito além do campo acadêmico. Alimentação, moradia e permanência são aspectos centrais dessa experiência, particularmente para estudantes, sejam de outras cidades ou da própria localidade, que dependem de programas de assistência estudantil para viabilizar sua formação. Este capítulo busca explorar criticamente essas questões, articulando as falas dos entrevistados em uma análise sociológica que revela as dinâmicas e contradições presentes na realidade desses estudantes da UEMA, Campus Caxias.

A realidade de muitos estudantes, tanto de cidades distantes quanto da própria cidade, reflete a busca constante por um equilíbrio entre a sobrevivência financeira e o sucesso acadêmico. A fala de um dos entrevistados, ao comentar sobre o valor da bolsa, expressa uma angústia comum:

Eu não vou ser hipócrita de dizer que não ajudou, mas ajudou só que eu acho que deveria ser um valor bem mais alto, porque se eu dependesse desse auxílio pra mim me manter aqui, eu não ia concluir minha graduação (Alimentação 01, 2024).

Essa experiência de insuficiência financeira pode ser entendida à luz do que Pierre Bourdieu descreve em suas reflexões sobre o campo social e as desigualdades que nele se configuram. Segundo o autor, as experiências de vida dos indivíduos não são apenas marcadas por escolhas individuais, mas também por condições sociais e estruturais que muitas vezes determinam o "senso comum" das suas trajetórias (Bourdieu, 2006).

Bourdieu sugere que a vida, muitas vezes, é vista como uma sequência coerente de acontecimentos, onde se busca dar sentido a ela através de uma narrativa linear. No entanto, a realidade social não segue essa linearidade esperada. Ela é fragmentada, feita de altos e baixos, como observa um dos entrevistados que menciona: "Eu recebi durante doze meses a moradia também, e me ajudou assim razoavelmente, não ajudou tanto não vou mentir" (Alimentação 01, 2024). Esse relato evidencia a tentativa de dar continuidade a um percurso acadêmico, mesmo que, como o autor aponta, a biografia de cada um seja, em parte, uma construção "artificial de sentido", construída a partir de interesses e circunstâncias de vida que muitas vezes estão fora do controle do indivíduo (Bourdieu, 2006).

Ao analisar os relatos dos estudantes, fica claro que a permanência na universidade não é uma questão apenas de vontade ou mérito individual. Ela é, em grande parte, mediada por

condições estruturais que limitam ou ampliam as possibilidades de sucesso acadêmico. O auxílio, embora essencial, muitas vezes não é suficiente para cobrir todas as necessidades básicas, como alimentação e moradia, o que gera um constante sentimento de insegurança. Esse quadro é agravado pelas burocracias que envolvem o acesso a essas bolsas, tornando o processo ainda mais desafiador para aqueles que já enfrentam dificuldades financeiras.

Nesse contexto, as políticas públicas de assistência estudantil se mostram como um alicerce fundamental, mas ainda precário, na vida de muitos estudantes. Elas se tornam um ponto de interseção entre as lutas individuais por um futuro melhor e as limitações impostas pela estrutura social que, como afirma Bourdieu (2006), é um reflexo das desigualdades que permeiam a sociedade. Assim, a trajetória acadêmica desses estudantes, sejam eles de outras cidades ou da cidade local, é marcada não só por seus esforços pessoais, mas também pelas condições materiais que, muitas vezes, os fazem sentir que a narrativa de sua vida, no campo acadêmico, é uma "ilusão biográfica".

A permanência universitária é marcada por desigualdades estruturais que são evidenciadas nas falas dos estudantes. Como relata uma entrevistada: “Era muito difícil porque as informações não chegavam. Às vezes não tinha dinheiro pra ajudar no aluguel ou comprar alimentação” (Moradia 01, 2024). A dificuldade em acessar informações reflete a falta de uma comunicação institucional eficiente, crucial para garantir que os benefícios cheguem àqueles que mais necessitam. Muitos estudantes enfrentam uma luta constante contra a precariedade, reforçando a necessidade de uma assistência estudantil mais eficaz e acessível.

A demora nos pagamentos das bolsas e a insuficiência dos valores concedidos também são dificuldades significativas. Como compartilha um entrevistado: “Mesmo com a bolsa, o valor era insuficiente para cobrir todas as despesas. A diferença precisava ser complementada pelos meus pais, o que causava preocupação constante” (Moradia 01, 2024). Essas condições materiais afetam diretamente a experiência acadêmica, criando um ambiente de instabilidade que dificulta o desempenho dos estudantes. Para Pierre Bourdieu (2006), essa instabilidade é um reflexo claro das desigualdades sociais que permeiam o campo acadêmico, uma vez que os estudantes não apenas competem no nível do saber, mas também em relação às condições materiais que influenciam suas trajetórias. A dinâmica do campo educacional, então, é marcada por uma hierarquia de recursos, onde os que não dispõem das condições adequadas são, em certa medida, desfavorecidos.

A insuficiência das bolsas e a precariedade da assistência estudantil criam um cenário onde a experiência acadêmica não pode ser dissociada das condições sociais dos estudantes. A

luta pela permanência na universidade se torna, portanto, uma luta pela garantia das condições materiais mínimas para que o aluno possa se concentrar em sua formação. Ao analisarmos as experiências dos estudantes, é possível perceber que a universidade, ao invés de ser um espaço onde todos têm as mesmas oportunidades, se configura como um campo onde as desigualdades estruturais são amplificadas, afastando aqueles que não dispõem dos recursos necessários.

Essa realidade reflete diretamente o que Bourdieu (2006) chama de "capital social", onde a posição do estudante dentro do campo universitário é também determinada pelos recursos materiais e simbólicos que ele possui, como acesso a bolsas e moradia. Assim, a permanência na universidade vai além do esforço individual e do mérito acadêmico; ela está profundamente ligada às condições sociais e materiais que, muitas vezes, estão além do controle dos estudantes.

Nesse sentido, o auxílio da assistência estudantil, apesar de ser uma ferramenta importante, não é suficiente para garantir a equidade no acesso e na permanência de todos os estudantes. O que é necessário é um esforço institucional mais eficaz, que não só distribua os recursos de maneira mais justa, mas que também promova uma comunicação eficiente e acessível, de forma que todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou geográfica, possam contar com o apoio necessário para concluir sua formação superior.

#### **4.1 Desafios e Contribuições das Bolsas de Assistência Estudantil na Permanência Acadêmica no Campus Caxias**

As bolsas de assistência emergem como um elemento central na trajetória dos estudantes, funcionando como um mecanismo de alívio das pressões econômicas que muitos enfrentam ao longo de sua jornada acadêmica. No contexto da UEMA, as dificuldades relacionadas ao acesso e à demora no recebimento dos auxílios têm gerado uma série de desafios.

Como observado por um dos estudantes:

A principal dificuldade era concorrer a um auxílio, principalmente o de moradia, que tem poucas vagas. Muitas vezes, ficava com medo de não conseguir, porque sabia que tinha poucos recursos e muitos alunos precisando (Moradia 02, 2024).

Essa escassez de recursos é uma realidade vivida por muitos, que dependem dos auxílios para manter suas condições de estudo e, por vezes, são prejudicados por processos burocráticos.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas na busca pelos auxílios, outro estudante compartilha sua experiência com a burocracia: "Eu acho que todo o processo assim de auxílio é muito burocrático, tem muita coisa. No primeiro ano, eu fiz sozinha, né? Não tive ajuda de ninguém" (Alimentação 01, 2024). A falta de orientações claras sobre os procedimentos e a exigência de documentos detalhados e complexos agravam a situação, tornando o processo ainda mais extenuante.

Por outro lado, os auxílios, quando disponibilizados, têm um impacto significativo no cotidiano dos estudantes, embora, como apontado por outro participante, o valor ainda seja insuficiente para cobrir todas as necessidades:

Eu sou de outra cidade e, inclusive, acho que um dos meus pontos positivos foi que eu passei no auxílio. Recebi o Auxílio Moradia, mas eu acho que deveria ser um valor bem mais alto porque se eu dependesse desse auxílio para me manter, não ia concluir minha graduação (Alimentação 01, 2024).

A discrepância entre o valor recebido e o custo real das despesas é um ponto recorrente nas narrativas dos estudantes, sendo um obstáculo importante que limita o potencial dos auxílios.

A pandemia trouxe novos desafios, com mudanças nas políticas de auxílio. Um estudante relatou: "Quando veio a pandemia, fiquei em Coelho Neto e não pude mais obter o auxílio-moradia, porque ele exigia que eu morasse em Caxias. Então, optei pelo auxílio-alimentação, que passou de 200 para 300 reais" (Moradia 02, 2024). Embora o auxílio-alimentação tenha se tornado uma alternativa durante esse período, o aumento no valor não foi suficiente para cobrir todas as necessidades.

Ainda, a falta de clareza nos editais é uma crítica comum entre os alunos. Como mencionou um estudante, "Eu não entendi, fiquei com medo se minha documentação estava correta, porque qualquer erro poderia fazer com que você fosse desclassificado" (Moradia 02, 2024). A insegurança gerada pela complexidade dos processos de inscrição e pela falta de transparência sobre os requisitos alimenta um sentimento de frustração entre os estudantes.

Apesar dessas dificuldades, a assistência financeira é reconhecida como essencial para a permanência no curso. A bolsa de auxílio-alimentação, por exemplo, foi fundamental para muitos durante a pandemia, como relatado por um dos alunos: "O auxílio alimentação foi uma ajuda importante durante a pandemia. Mesmo sem o auxílio-moradia, consegui me manter, porque o valor do auxílio-alimentação foi um bom suporte" (Moradia 02, 2024). Esse tipo de apoio permite que os estudantes se concentrem mais nos estudos, sem a pressão constante de

procurar fontes alternativas de renda, algo que muitos não teriam condições de fazer sem esse auxílio.

Finalmente, a escassez de vagas para os auxílios é uma crítica constante. Um estudante afirmou: "As vagas são muito limitadas, e isso gera um sentimento de desconforto, porque sabemos que não estamos sozinhos na luta, mas as vagas são muito limitadas" (Moradia 02, 2024). Essa limitação, em um cenário onde muitos dependem desses auxílios para sua permanência na universidade, é um reflexo das dificuldades estruturais que afetam a gestão de políticas públicas voltadas para a educação. A ampliação do acesso a esses benefícios é vista como uma necessidade urgente para garantir que mais estudantes, especialmente os oriundos de cidades menores e com menos recursos, possam concluir seus cursos sem o peso das dificuldades financeiras.

A experiência de trabalhar na universidade, como foi o caso de um estudante com a bolsa permanência, também demonstrou ser enriquecedora, embora houvesse algumas limitações. O estudante comentou: "A experiência que estou vivendo pela bolsa permanência está me ajudando a ter mais ou menos uma ideia de como funciona a questão administrativa de uma universidade" (Permanência 01, 2024). Embora a bolsa tenha contribuído para seu aprendizado, a vivência em um departamento diferente do seu curso foi um ponto negativo: "Eu não pude ficar no meu departamento, seria interessante que fosse no departamento do meu curso, que é a minha área, mas não atrapalha" (Permanência 01, 2024).

O acesso à educação superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, apresenta desafios significativos. Entre esses, destacam-se o custo da moradia e a insuficiência dos auxílios estudantis. Muitos alunos, ao ingressarem na universidade, enfrentam dilemas que vão além das questões acadêmicas. Como observa um estudante: "Dividi casa com outras pessoas para tentar economizar e continuar estudando. O primeiro período foi apertado, sem auxílio da universidade" (Moradia 02, 2024). Essa situação reflete a ausência de políticas habitacionais efetivas, deixando os estudantes à mercê de um mercado de aluguel que frequentemente oferece condições precárias.

A alimentação é outro ponto crítico. A falta de recursos financeiros obriga muitos estudantes a priorizarem gastos essenciais, comprometendo sua nutrição. Durante a pandemia de COVID-19, a situação se agravou. Um dos entrevistados relatou: "A bolsa foi essencial pra manter o aluguel e outras despesas enquanto tudo estava fechado" (Moradia 01, 2024). Essa realidade demonstra como os auxílios emergenciais foram indispensáveis em momentos de

crise, mas também expõe a fragilidade de um sistema que não consegue atender a todos os necessitados.

No contexto sociológico, Pierre Bourdieu nos ajuda a entender essas dinâmicas ao introduzir conceitos como *habitus* e *campo*. O *habitus*, definido como “sistema de disposições duráveis e transponíveis” (Bourdieu, 1989, p. 60), reflete como as condições de origem social moldam as práticas e escolhas dos indivíduos. Para muitos estudantes, o *habitus* de origem pobre os conduz a estratégias de sobrevivência no campo universitário, como buscar empregos noturnos ou migrar para cursos menos desejados por questões de horário. Isso demonstra a interação entre os campos social e educacional, onde as disputas por recursos e reconhecimento são intensas.

Outro aspecto relevante é a limitação no número de auxílios oferecidos. Apesar da crescente demanda, as universidades não têm capacidade de atender a todos os estudantes que realmente precisam. Essa insuficiência faz com que os auxílios, como bolsas de permanência e alimentação, se tornem objetos de disputa, refletindo a dinâmica descrita por Bourdieu: “As lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo” (Bourdieu, 1989, p. 72). A busca por esses auxílios não é apenas econômica, mas também simbólica, pois define quem pode se manter no campo universitário e em quais condições.

A questão estrutural, que vincula a origem social às possibilidades de permanência no ensino superior, é central para entender as dificuldades enfrentadas. A hierarquia social reflete-se na universidade, onde “as práticas culturais estão estreitamente associadas ao nível de instrução e, secundariamente, à origem social” (Bourdieu, 2007, p. 9). Nesse sentido, a luta por auxílios não é apenas pela sobrevivência econômica, mas também pela legitimação da presença desses estudantes no campo universitário.

#### **4.2 Desigualdades Estruturais e a Importância das Políticas de Assistência Estudantil na Permanência Universitária**

As experiências dos estudantes, ao lidarem com as políticas de assistência estudantil da UEMA, refletem de forma contundente as desigualdades estruturais que atravessam o ensino superior no Brasil. Pierre Bourdieu, em suas discussões sobre capital econômico, social e cultural, esclarece como as condições de origem dos indivíduos impactam diretamente suas trajetórias acadêmicas e a reprodução das desigualdades sociais. A ausência de recursos financeiros ou de redes de apoio, como demonstram as falas dos entrevistados, limita tanto o

acesso quanto a permanência na universidade, impondo desafios que vão além do desempenho acadêmico.

Dividi casa com outras pessoas para tentar economizar e continuar estudando. O auxílio demorou a cair, uns três meses depois de eu ter sido aprovado, mas, quando recebi, foi um alívio, porque já conseguia ajudar com o aluguel e outras despesas (Moradia 02, 2024).

Essa fala sintetiza como os auxílios estudantis, embora insuficientes, tornam-se indispensáveis para a continuidade nos estudos.

Além disso, a burocracia associada ao acesso aos auxílios intensifica as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como descreve outro relato: "Tive que sair da minha cidade para abrir uma conta no Banco do Brasil. Foi uma experiência desgastante e demorada, porque dependia de informações muitas vezes confusas ou desatualizadas" (Alimentação 01, 2024). Essa exigência excessiva de comprovações, aliada à escassez de vagas, reforça a sensação de insegurança entre os alunos que já se encontram em situações de vulnerabilidade.

As desigualdades observadas na distribuição dos auxílios não são apenas reflexos de uma falha administrativa, mas também do próprio sistema educacional brasileiro, que reproduz as condições sociais desiguais. Um estudante ressaltou: "A falta de vagas no auxílio moradia é um reflexo de como a universidade está lidando com uma realidade de muitos estudantes que precisam disso para sobreviver" (Moradia 02, 2024). Esse sentimento de frustração e impotência ecoa em outros depoimentos, apontando para a urgência de políticas mais inclusivas e eficazes.

Mesmo com todas essas dificuldades, os auxílios ainda representam uma esperança de permanência. Um aluno afirmou: "Sem os auxílios, não conseguiria me manter no curso. Eles permitiram que eu focasse no estudo sem a pressão de ter que trabalhar" (Moradia 02, 2024). Porém, a insuficiência estrutural desses programas impede que o potencial transformador do ensino superior alcance todos os estudantes igualmente, reforçando as barreiras impostas por suas condições de origem.

Isso reflexão demonstra que a universidade, como espaço de transformação social, deve ir além da oferta de vagas e priorizar a permanência dos alunos. Ampliar os programas de assistência, reduzir a burocracia e garantir pagamentos pontuais são passos essenciais para que os estudantes possam alcançar seus objetivos acadêmicos e contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa. Como destaca Bourdieu (2007), é essencial que as instituições

combatam a reprodução das desigualdades para que o ensino superior cumpra seu papel de mobilidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil na UEMA, Campus Caxias, tem um papel fundamental na permanência dos alunos de baixa renda, garantindo suporte por meio dos auxílios de alimentação, moradia e permanência. No entanto, ao longo deste trabalho, ficou evidente que, apesar de sua importância, essas políticas ainda apresentam falhas estruturais que comprometem seu alcance e efetividade. O problema não é apenas a burocracia, mas também a quantidade insuficiente de vagas, que exclui muitos estudantes que realmente precisam desse suporte.

Embora os auxílios sejam um alívio para muitos estudantes, os valores oferecidos são baixos e cobrem apenas o básico. Além disso, os critérios de seleção são muitas vezes confusos e podem ser injustos, dificultando o acesso de alunos que, na prática, também necessitam desses benefícios. Estudantes da zona rural, por exemplo, enfrentam dificuldades para comprovar residência devido à falta de documentação formal, o que se torna uma barreira burocrática desnecessária.

A padronização dos editais também se mostra um problema. As regras são aplicadas de forma igual para todos os campi, ignorando as realidades locais. A UEMA ainda mantém uma postura conservadora ao não aprofundar sua análise sobre a realidade de cada campus. O contexto dos estudantes em São Luís não é o mesmo dos estudantes em Caxias ou em outras unidades, e essa falta de diferenciação faz com que a assistência estudantil não acompanhe as necessidades reais dos alunos.

Outro ponto preocupante é a forma como a universidade lida com a assistência estudantil: em vez de olhar para a demanda real de seus estudantes, parece mais preocupada com a contenção de gastos. Isso fica evidente ao analisarmos os editais ao longo dos anos, as normas passam por atualizações, mas o número de vagas oferecidas continua praticamente o mesmo. Se a política fosse realmente focada na permanência dos alunos, haveria um acompanhamento mais preciso sobre quantos estudantes precisam desse suporte e quais mudanças seriam necessárias para que o programa atendesse essa demanda de maneira eficaz.

Além disso, há uma grave falta de pesquisas institucionais sobre o impacto da assistência estudantil. A UEMA, ao longo dos anos, pouco avançou em estudos que avaliem a real efetividade dos auxílios, o que demonstra uma ausência de interesse acadêmico nesse tema dentro da própria instituição. Enquanto há pesquisas sobre assistência estudantil em outras universidades, a UEMA ainda não se insere ativamente nesse debate, o que limita o desenvolvimento de políticas mais adequadas e eficientes.

Outro fator crítico é a falta de fiscalização na distribuição dos auxílios. Os editais mencionam a realização de vistorias e visitas para avaliar se os estudantes realmente necessitam dos benefícios, mas, na prática, essas inspeções raramente ocorrem. Sem esse acompanhamento, há brechas para que pessoas que não precisam dos auxílios os obtenham, prejudicando quem realmente necessita. Isso é especialmente evidente no Auxílio Moradia, onde estudantes que possuem boas condições financeiras ou que moram em cidades próximas conseguem acessar o benefício simplesmente encontrando maneiras de burlar o sistema. Ainda que seja difícil provar, é uma situação perceptível dentro da comunidade acadêmica, e muitos estudantes relatam essa realidade.

Se houvesse um controle mais rígido e uma fiscalização eficiente, a universidade garantiria que os auxílios chegassem a quem realmente precisa, reduzindo desperdícios e tornando o programa mais justo. Porém, a UEMA parece mais preocupada em manter um modelo burocrático do que em garantir que a assistência estudantil cumpra de fato seu papel social. No papel, os editais demonstram preocupação com a permanência estudantil, mas, na prática, não há um compromisso real com a avaliação e o aperfeiçoamento dessas políticas.

Apesar das dificuldades, os auxílios estudantis representam um fator determinante para que muitos alunos consigam continuar seus estudos. Para aqueles que conseguem acessar esses benefícios, o suporte financeiro faz diferença. No entanto, para os que não conseguem, a evasão na UEMA, Campus Caxias, continua sendo um problema significativo, já que muitos estudantes não possuem estrutura socioeconômica para se manter na universidade sem esse apoio. A dificuldade de acesso e a burocracia também impactam diretamente o desempenho acadêmico, pois muitos estudantes acabam acumulando trabalho e estudo, comprometendo sua produtividade e aumentando o risco de desistência.

Além disso, os critérios restritivos e a falta de flexibilidade nos editais fazem com que muitos alunos sejam excluídos do processo por detalhes administrativos, mesmo estando em situação de vulnerabilidade. Isso reforça a sensação de abandono por parte da universidade, que não busca compreender por que tantos estudantes acabam desistindo. Se a UEMA realmente deseja que os auxílios estudantis cumpram seu papel, não basta apenas ampliar a oferta, mas garantir que os critérios de seleção sejam mais justos e que os processos considerem as realidades diversas dos alunos. Sem essa revisão, os auxílios continuarão sendo insuficientes para garantir a permanência de um maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

A análise feita neste trabalho, fundamentada em conceitos de Pierre Bourdieu (1989) e outros autores, mostra que a permanência no ensino superior não se resume a políticas públicas bem-intencionadas no papel. É necessário um olhar crítico para entender as barreiras sociais que impedem que esses auxílios sejam realmente transformadores. Sem isso, a assistência estudantil corre o risco de ser apenas uma forma de amenizar os efeitos das desigualdades, sem atuar na raiz do problema.

O que este estudo revelou é que a assistência estudantil, do jeito que está, ainda não resolve o problema da evasão e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de baixa renda. Para que esses auxílios sejam realmente eficazes, a universidade precisa repensar seus critérios, ampliar as vagas e investir em pesquisas sobre sua própria política de assistência estudantil. Além disso, é essencial que a UEMA assuma a responsabilidade de acompanhar a distribuição desses auxílios de forma mais transparente e justa. Sem isso, a assistência estudantil continuará sendo tratada apenas como um compromisso formal da universidade, e não como uma ferramenta real de inclusão e transformação social.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVÊA, Adriane Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras**. Plural, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 60-79, 2022.
- BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVÊA, Adriane Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras**. Plural, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 60-79, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560p.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Tradução: Aparecida Joly Gouveia. Revisão técnica: Maria Alice Nogueira. Revue française de sociologie. Paris, v. 7, n. 3, p. 325-347, 1966.
- BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: **O poder simbólico**. Tradução de Maria Rita Kehl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183 p. 71-191.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DE FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Autoria: Bruna Raposo Tavares Data: 13/04/2019
- BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Organizadores: Maria Alice e Afrânio Catani. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 71-79.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 2001.
- BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (Prouni) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012.

CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo. **Interfaces entre a assistência estudantil e a assistência social: a concepção de assistência em construção na UFMG.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

DIAS, M. de J. S.; SOARES, B. V. P. **Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes.** Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 12, n. 2, maio/ago. 2019.

FONAPRACE. III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Brasília, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
HOFLING, E. de M. **Estado e política (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov. 2001. p. 30-41.

INEP. **Censo da Educação Superior: Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades federais.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-brhttps://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2008.

SALES, Francisco Alexandre de Lima; FEIO, Leila do Socorro Rodrigues; VASQUEZ, Eliane Leal; AGUIAR, Reullyanne Freitas de. **Assistência estudantil e vulnerabilidade social: Estudo de projetos pedagógicos de sete cursos de graduação em matemática.** Revista OLHARES, Guarulhos, Vol. 10, n. 1, 2022.

SILVA, A. S. **Assistência estudantil na UFMA, dinâmica institucional e significados na formação: evidências da modalidade vivências acadêmico-profissionais.** 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

SILVEIRA, M. M. da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **"QUEM ENTROU QUER FICAR": análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão.** 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

TEIXEIRA, Igor Salomão. **O intelectual na Idade Média: divergências historiográficas e proposta de análise.** Revista Diálogos Mediterrânicos, n. 7, p. 155-173, dez. 2014. Disponível em: <http://www.dialogosmediterraneos.com.br>. Acesso em: 10 dez. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Manual da Assistência Estudantil.** São Luís: UEMA, 2024. Disponível em: <https://www.proexae.uema.br/wp-content/uploads/2024/04/Manual-da-Assistencia-Estudantil-UEMA4.pdf>. acesso em 25 jan. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Edital nº 02/2024 - Gabinete PROEXAE: **Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência da Universidade Estadual do Maranhão.** São Luís, MA, 2024. Disponível em: <https://www.proexae.uema.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Edital nº 04/2024 - Gabinete PROEXAE: **Auxílio Alimentação da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.** São Luís, MA, 2024. Disponível em: <https://www.proexae.uema.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Edital nº 05/2024 - Gabinete PROEXAE: **Auxílio Creche da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.** São Luís, MA, 2024. Disponível em: <https://www.proexae.uema.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Edital nº 06/2024 - Gabinete PROEXAE: **Auxílio Moradia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.** São Luís, MA, 2024. Disponível em: <https://www.proexae.uema.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Resolução nº 1482/2021 CEPE/UEMA.** São Luís: UEMA, 2021.3